



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 64

II Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 09 de maio de 2014

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 20 minutos.

A Agenda da Reunião iniciou-se com a continuação do debate da [Proposta de Resolução n.º 7/X – “Serviço público de rádio e televisão nos Açores”, apresentada pelo Governo Regional dos Açores.](#)

Usaram da palavra o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*) e os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Duarte Freitas (*PSD*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Submetida à votação a proposta em apreço foi aprovada por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados André Bradford (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Paulo Mendes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Seguiu-se a justificação do **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 69/X – “Recomenda ao Governo**

Regional que proceda às alterações e transferências orçamentais necessárias para dotar os Hospitais EPE e as unidades de saúde do Serviço Regional de Saúde dos meios de pagamento indispensáveis à regularização dos pagamentos em atraso aos seus fornecedores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Para o efeito usou da palavra o Sr. Deputado Artur Lima, seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Após a apresentação do [Projeto de Resolução n.º 69/X – “Recomenda ao Governo Regional que proceda às alterações e transferências orçamentais necessárias para dotar os Hospitais EPE e as unidades de saúde do Serviço Regional de Saúde dos meios de pagamento indispensáveis à regularização dos pagamentos em atraso aos seus fornecedores”](#) pelo Sr. Deputado Artur Lima, iniciou-se o debate que contou com a participação dos Srs. Deputados Ricardo Cabral (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), José San-Bento (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Submetido à votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Novamente por unanimidade foi aprovado o **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 70/X – “Recomenda ao Governo Regional o não financiamento público ao Colégio de São Francisco, em Angra do Heroísmo”,** apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Justificada a urgência e dispensa de exame em Comissão pelo Sr. Deputado Paulo Mendes, usou da palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), Félix Rodrigues (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*) e as Sras. Deputadas Catarina Moniz Furtado (*PS*) e Judite Parreira (*PSD*).

Seguiu-se o debate do [Projeto de Resolução n.º 70/X – “Recomenda ao Governo Regional o não financiamento público ao Colégio de São Francisco, em Angra do Heroísmo”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Assim, usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Mendes (*BE*), Félix Rodrigues (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e as Sras. Deputadas Catarina Moniz Furtado (*PS*) e Judite Parreira (*PSD*).

O diploma em apreço foi rejeitado por maioria, aquando da votação.

Por fim, foi aprovada por unanimidade a Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de maio.

Os trabalhos terminaram às 17 horas e 02 minutos.

Presidente: Bom dia a todos.

Vou pedir ao Sr. Secretário para fazer a chamada.

Eram 10 horas e 20 minutos.

Secretário: Muito bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Isabel Maria Duarte de **Almeida Rodrigues**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Paulo Alexandre Vieira **Borges**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Cláudio Borges **Almeida**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Maria de Medeiros **Andrade**

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Henrique **Parece** Baptista

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Artur Manuel Leal de **Lima**

António **Félix** Flores **Rodrigues**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa **Mendes**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Terminámos os nossos trabalhos ontem à noite com o debate do ponto dez da nossa Agenda: **Proposta de Resolução n.º 7/X – “Serviço público de rádio e televisão nos Açores”**, apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Estava inscrito o Sr. Presidente do Governo a quem dou a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar conta que ao longo das últimas horas o Governo tem desenvolvido um esforço de consensualização relativamente às propostas que lhes chegaram dos diversos partidos políticos.

Acreditamos que em relação a este trabalho é possível, neste momento, termos uma proposta que corresponda aos objetivos que levaram o Governo a apresentar esta Proposta de Resolução, ou seja, uma proposta que congrega uma posição açoriana sobre essa matéria.

Na sequência desse trabalho de concertação e de consensualização, que o Governo desenvolveu e que todos os partidos políticos colaboraram no sentido de apresentar sugestões e apresentar propostas, dei entrada há pouco de uma proposta de alteração, que é a segunda proposta de alteração a esta matéria, que tenta exatamente congrega todas estas perspetivas no sentido de tentarmos o máximo possível uma posição açoriana sobre a proposta que foi apresentada relativamente à reformulação do serviço público de rádio e televisão, obviamente deixando à liberdade de cada partido a apreciação, quer em relação a cada um dos pontos que é alterado dentro dos termos do nosso Regimento, quer em relação à globalidade da Proposta de Resolução. Portanto, isto não invalida nenhuma destas posições.

Julgo que a proposta estará a ser distribuída neste momento e depois apresentaria com maior detalhe estas propostas de alteração.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

De facto, foi entregue à Mesa um conjunto de propostas de alteração que neste momento estão a ser fotocopiadas para serem distribuídas por todos.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nas circunstâncias em que estamos neste momento, neste período do debate é importante referenciar este esforço que tem sido desenvolvido por parte do Governo Regional e de todos os partidos políticos, no sentido de encontrar uma posição açoriana.

Esta questão é da maior importância. Estes esforços têm sido desenvolvidos tendo o Governo Regional tomado essa iniciativa e esta abertura ontem.

Isto significa que estamos à beira de alcançar um acordo muito significativo que reforça, do ponto de vista político, a nossa capacidade negocial.

Portanto, considero que neste momento o Parlamento dos Açores realizou um bom serviço à autonomia, um ótimo serviço aos interesses da RAA.

Neste momento, este processo de diálogo prossegue e vamos ver qual é o conteúdo formal de todas as alterações que foram introduzidas e depois o debate irá prosseguir de forma mais específica.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem de momento mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Não será necessário.

Eu própria vou fazer o intervalo de 15 minutos.

Como é natural terá que haver tempo para que todos os partidos possam analisar as propostas de alteração, pelo que regressaremos às 10 horas e 45 minutos.

Eram 10 horas e 29 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 10 horas e 55 minutos.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Para uma interpelação.

Peço desculpa à câmara, mas tínhamos feito uma proposta para o ponto seis, que tentava salvaguardar os interesses dos trabalhadores da RTP Açores.

O Sr. Presidente do Governo, e o Governo, apresentaram uma outra solução e necessitamos de ouvir a subcomissão de trabalhadores, com quem tínhamos falado acerca da nossa proposta, para saber o que é que pensam em relação a esta matéria.

É isto, com toda a frontalidade, que está em causa.

Peço-vos desculpa, mas precisamos de novo de um intervalo de trinta minutos para tentar obter essa resposta.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 11 horas e 30 minutos.

Eram 10 horas e 56 minutos.

Presidente: Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 11 horas e 33 minutos.

Vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Tinha pedido um intervalo regimental pelas razões que já expressei.

Penso que será do conhecimento de todos os Grupos Parlamentares e também do Governo, ao que sei, um *mail* que acabei de receber da subcomissão de trabalhadores.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Eu não sei de que *mail* está falando! Eu não recebi!

O Orador: O que gostaria de colocar concretamente ao Sr. Presidente do Governo é a sua visão relativamente à primeira parte deste *mail* que diz: “a

nova empresa vem substituir a RTP Açores, conseqüentemente todos os trabalhadores da RTP Açores terão que ser transferidos.

Recusamos a proposta apresentada, ou qualquer outra solução à grega. Por mais minimalista que seja, é inaceitável nesta autonomia.

Cumprimentos.

P’la subcomissão de trabalhadores”.

A questão, Sr. Presidente, que lhe queria colocar, era sobre a primeira parte. Se, de facto, considera a nova empresa que vem substituir a RTP Açores e, por consequência, se todos os trabalhadores irão ser transferidos?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Freitas, não sei a que *mail* o senhor está a referir-se. Até ao momento, no meu computador, eu não recebi nenhum *mail* da subcomissão de trabalhadores.

Muito obrigado

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O *mail* que recebi posso citar, posso fazer-lhe chegar cópia e é esse o comentário que pedia e repito.

O que está aqui escrito é “a nova empresa vem substituir a RTP Açores, conseqüentemente todos os trabalhadores da RTP Açores terão que ser transferidos”.

Em função disto, a subcomissão de trabalhadores diz que recusa a proposta apresentada.

Eu gostaria, da parte do Sr. Presidente do Governo, um comentário a este pressuposto que aqui está na análise da subcomissão de trabalhadores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Mas a que nova empresa o senhor está a referir-se?

Eu não conheço *mail* nenhum.

Na proposta de alteração que é apresentada pelo Governo não consta nenhuma nova empresa.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Aliás, eu só voto favoravelmente por causa disso!

O Orador: Eu não percebo a que nova empresa o senhor está a referir-se.

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Não sou eu que estou a referir.

Estou a citar aquilo que recebi da subcomissão de trabalhadores.

A questão é exatamente para clarificar, com toda a transparência, essa questão.

Se o pressuposto não é existir uma nova empresa que venha a substituir e todos os trabalhadores terão que ser transferidos, se o pressuposto é esse, estamos a laborar num campo. Se o pressuposto não é esse, estamos a laborar noutra campo que é aquele, eventualmente, que a comissão de trabalhadores teme.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo para uma interpelação.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acho que é altura de fazer um ponto de ordem neste assunto.

Nós estamos a discutir questões na especialidade.

De acordo com o nosso Regimento, as questões da especialidade são apenas votadas e a discussão processa-se depois de se ultrapassar a fase da generalidade.

O que gostava de colocar à consideração da Mesa, caso assim entenda, é nós avançarmos. Portanto, votarmos na generalidade o que é para votar e depois passar à especialidade,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não há votação na especialidade!

O Orador: ... à discussão das propostas que existem sobre a especialidade.

Reafirmo, não recebi até ao momento nenhum *mail*, não sei a que empresa é que o Sr. Deputado Duarte Freitas está a referir-se, porque nas propostas que o Governo apresentou não há referência nenhuma a empresa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Vou responder ao Sr. Presidente do Governo.

De facto, terminando o debate na generalidade, passaremos a votar na generalidade esta Proposta de Resolução e depois na especialidade todas as propostas de alteração que foram entregues pelo Governo e já foram distribuídas por todos.

Sr. Deputado Aníbal Pires pediu a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para me inscrever, para participar no debate.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, já ontem à noite tinha esgotado o seu tempo, por isso não tem tempo para intervir hoje sobre esta matéria.

Vou pedir ao Sr. Secretário para informar os tempos restantes.

Secretário: Governo Regional – 1 minuto, 55 segundos;

PS – 11 minutos;

PSD – 1 minuto, 45 segundos;

CDS – 30 segundos;

BE – 7 minutos e 30 segundos;

PPM – 3 minutos e 40 segundos.

O PCP já não dispõe de tempo.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Julgo não haver mais inscrições, pelo que vamos então passar à votação desta Proposta de Resolução.

Vamos votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Resolução foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do BE.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passamos agora à votação na especialidade.

Conforme estipula o art.º 145.º do Regimento, votaremos apenas as propostas de alteração entregues na Mesa.

Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que o nosso Regimento assim o determina.

A proposta é subscrita pelo Governo dentro do esforço de consensualização que o Governo desenvolveu. Esta proposta foi apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD. Portanto, julgo que deve ser o Grupo Parlamentar do PSD a explicitar o sentido da proposta de alteração.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A proposta é bem explícita, assim como todas as outras que o PSD apresentou e que também os outros grupos políticos apresentaram.

Gostaria de sublinhar neste momento que, de facto, é preciso reconhecer que a oportunidade ao diálogo, que eu aqui ontem falei, teve frutos positivos.

Houve um entendimento e um diálogo com os vários partidos, também com o Governo e penso que se evoluiu no sentido positivo de agregar aqui aquilo que são os interesses essenciais que estão em causa.

Eu repito. Do lado do PSD-Açores, esses interesses essenciais são:

Em primeiro lugar, garantir o serviço público de audiovisual na RAA;

Em segundo lugar, de alguma forma refundá-lo, garantindo o investimento necessário para fazer face às novas realidades e,

Em terceiro, lugar garantir os interesses de todos os trabalhadores na RAA.

Esses são os pressupostos que envolveram este esforço e penso que tiveram sucesso. Uns mais tarde, outros mais cedo, acabámos todos por conseguir chegar a algum entendimento.

Com base nesse esforço, penso que fica aqui uma boa base para as restantes negociações que agora terão que ser feitas em concreto relativamente a esta matéria.

Portanto, oportunidade no diálogo, valeu a pena.

Neste momento penso que estamos em condições de apreciar um texto mais consentâneo, com as preocupações de todos e também, naturalmente, com aquilo que o Sr. Presidente do Governo assegurou que era a nossa preocupação, uma das preocupações triangulares dos três pontos que referi, que é a salvaguarda dos trabalhadores.

Atendendo ao que o Sr. Presidente do Governo referiu, e foi um dos motivos essenciais do nosso debate de ontem com o Deputado Aníbal Pires, que não há pressuposto da criação de uma nova empresa – não havendo, não há transferência de trabalhadores e eles mantêm-se –, garantindo esse pressuposto e manutenção de todos os trabalhadores da RTP Açores, estamos confortáveis e agradecemos a oportunidade de diálogo que foi promovida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições, pelo que vamos então passar à votação desta proposta de substituição para o n.º 2 da Proposta de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do BE.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passamos agora para o ponto onze, com a proposta de substituição que foi entregue.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de alteração foi avançada pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP. Entre o texto que aqui está e o texto que me foi enviado pelo CDS-PP, há uma diferença. Tem a ver exatamente com a introdução do “envolvendo”.

Foi apenas no sentido de tornar mais clara a questão da linguagem, mas o sentido é o mesmo, ou seja, para além da votação por dois terços, essa votação de dois terços tem que englobar pelo menos três partidos desta Assembleia.

Não sei se há mais alguma questão que o Sr. Deputado Artur Lima queira adiantar.

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Serei muito breve e aproveito também (o meu tempo é muito escasso) para fazer referência às outras propostas de aditamento que fizemos ontem, ao fim da tarde, ao Sr. Presidente do Governo.

De algumas propostas que fizemos, estas foram aceites. Demos o nosso contributo para que se pudesse chegar a um maior consenso possível e para que a posição da RAA fosse a mais consensual possível.

Achamos muito importante esta que o Sr. Presidente acabou de referir, como também a autonomia editorial dos polos de Ponta Delgada, Terceira e Horta, fundamentais para uma isenção e para um serviço público de qualidade, isento e também que não seja sujeito a uma única linha editorial.

Eram pilares fundamentais para nós estas duas alterações, juntamente com as outras que foram aceites pelo Governo dos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nós também consideramos esta alteração da maior importância.

Um dos perigos da futura evolução da RTP Açores era, de alguma forma, alguém poder colocar em causa, ou poder referenciar, o perigo de uma futura governamentalização da solução que vier a ser adotada.

Esta cláusula garante de facto o pluralismo, garante que esse perigo não ocorrerá, seja qual for a evolução do nosso sistema político no futuro.

Considero que é da maior importância e obviamente vamos votar favoravelmente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições está então à votação a proposta de substituição para o n.º 11 da Proposta de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passamos agora para as propostas de aditamento que foram introduzidas a esta Proposta de Resolução, nomeadamente para o ponto 4-A.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Está agora à votação a proposta de aditamento n.º 4-B à Proposta de Resolução.

Julgo não haver inscrições.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Está agora à votação a proposta de aditamento n.º 4-C.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Esta proposta foi apresentada ao Governo por parte da Representação Parlamentar do PPM.

Tem a ver com o potencial do mercado da América do Norte e também do território continental onde consideramos que, tendo em conta que é previsível uma evolução neste sentido do serviço público de rádio e televisão dos Açores, o que queremos é garantir que passamos a ter essa capacidade e as receitas também provenientes da emissão na América do Norte e também no território continental da entidade que venha a ser criada.

Portanto, fica garantida e reafirmada esta prioridade.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos para a proposta de aditamento do ponto 6-A.

Pergunto se há inscrições.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta surge na sequência também de uma proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, embora de sentido completamente diferente.

Aquilo que esta proposta visa, e é essa da responsabilidade do Governo, é acautelar a situação dos recursos humanos no Centro Regional dos Açores da RTP e da RDP, na eventualidade de outras soluções organizativas, porque é um assunto que não é de agora, foi colocado na campanha eleitoral e é no fundo fazer constar da Proposta de Resolução a preocupação que ontem, em esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Mendes, do BE, tive oportunidade de clarificar.

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Não havendo mais inscrições vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do BE.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passamos para a proposta de aditamento do ponto 9-A.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do BE.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Está agora à discussão e votação a proposta de aditamento 10-A.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Por último a proposta de aditamento 10-B.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta é a última oportunidade em que o Governo pode intervir neste debate, a partir daqui, do ponto de vista regimental já não o pode fazer.

Gostaria apenas de salientar que este processo dá bem conta da capacidade de diálogo, da capacidade de consenso, desde logo, do Governo, mas também é importante que seja dito nesta Casa que esta capacidade de consenso e de diálogo só é possível se da parte de todos os partidos houver igual capacidade de diálogo, igual capacidade de consensualização.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Este processo prova que da parte de todos os partidos houve.

Julgo que este é um processo que enobrece esta Casa pela capacidade que todos demonstraram de chegar a um consenso em defesa dos Açores, em defesa dos açorianos, em defesa do serviço público de rádio e televisão.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global a Proposta de Resolução foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do BE.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O Sr. Deputado André Bradford tem a palavra para uma declaração de voto.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para congratular-me em nome da bancada do Partido Socialista e felicitar todas as bancadas deste Parlamento pela capacidade que tivemos, a partir de uma iniciativa do Governo Regional, a partir de uma predisposição do Governo Regional para gerir um processo de consenso, de sermos capazes de pôr de lado algumas das nossas divergências e concentrarmo-nos naquilo que nos unia e nas preocupações que tínhamos como essenciais em relação ao futuro do serviço público de rádio e televisão na Região.

Finalmente, através do sentido de voto das várias bancadas, fomos promotores de uma posição una, unificada, sólida, concreta quanto baste, sobre aquilo que queremos que seja, no futuro, o serviço público de rádio e televisão.

Está agora o Governo habilitado, não só pela sua capacidade institucional, mas também por aquilo que acabámos de dizer nesta Casa, para encetar um processo negocial de boa-fé com a República, garantindo desse modo que aquilo que vem faltando ao serviço público (à rádio e à televisão nos Açores) possa agora finalmente ser uma realidade e possamos dedicar menos tempo às preocupações que temos tido ao longo destes últimos anos com o serviço público de rádio e televisão nos Açores.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Como se viu a oportunidade de diálogo valeu a pena.

Como se viu, quando o PSD-Açores propôs que se baixasse à Comissão para tentarmos ter um espaço de diálogo;

Como se viu, quando o PSD-Açores pediu intervalos para tentarmos chegar a um espaço onde pudéssemos dialogar;

Como se viu, quando o PSD-Açores convidou o Governo e os vários partidos para refletirmos, para dialogarmos, quando há de facto esta vontade de boa-fé, conseguimos chegar a um consenso.

É óbvio que tem que haver cedências de todas as partes nesta matéria.

É óbvio que o trabalho ainda não terminou, aliás, está começando.

O que é preciso e é fundamental é que continue de boa-fé a ser feito este trabalho na Região e fora da Região.

Pela nossa parte, pela parte do PSD-Açores, vamos continuar este trabalho hoje e amanhã, sempre na defesa daquilo que são os interesses primordiais das açorianas e dos açorianos, neste caso do serviço público de rádio e televisão nos Açores.

Como se viu também, dizia-se que o PSD-Açores não tinha propostas. Tanto tinha que elas até foram aceites.

Como se viu, o PSD-Açores quando dizia que era preciso dialogar, provou-se que o diálogo vale a pena.

Isto deixa-nos muito satisfeitos, porque mostra que o nosso trabalho, a nossa boa-fé, a vontade do diálogo fortifica em prol dos açorianos e açorianas e, neste caso concreto, os compromissos assumidos aqui esta manhã pelo Sr. Presidente do Governo garantem a presença de todos os trabalhadores da rádio e da televisão nos Açores.

Isso para nós é o mais importante, para além de manter o serviço público e dos investimentos que são necessários na refundação da nossa rádio e televisão nos Açores.

Por isso o PSD-Açores está muito satisfeito por ter de alguma forma incentivado,...

Deputado André Bradford (PS): O senhor não incentivou nada. Foi o último a chegar!

O Orador: ... promovido e quase provocado este diálogo para chegarmos a uma solução boa para as açorianas e para os açorianos, mesmo que não fosse essa alguma vontade inicial.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): O senhor foi o último a chegar!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nossa posição nesta votação deriva da convicção de que a RTP Açores, dotada de autonomia, no quadro da RTP empresa pública, é a solução que melhor serve os Açores.

A isenção, independência e rigor que se exigem a um serviço público, assim como uma bitola de qualidade, representa no modelo que defendemos uma segurança acrescida. Conhecemos experiências, nesta área, de muito mau exemplo, o que nos dá a garantia que estamos certos.

Ao longo de todo este processo não fomos mudando de opinião conforme os interesses políticos em jogo.

Os Açores estão em primeiro e por isso merecem um serviço público de rádio e televisão de qualidade e independente que seja um elemento vivificador da democracia que queremos continuamente aprofundada.

Não podemos acompanhar um documento que no meio de tanta dúvida, só uma certeza comporta: o despedimento de trabalhadores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não! Isso não é verdade!

O Orador: E sobre esta matéria, emendas à última hora não dão qualquer garantia de seriedade.

Estranhamos que partidos que tanto atacam a existência de empresas públicas e o seu excesso na região, quando se trata de comunicação social, e Rádio e Televisão em particular, não tenham o mesmo posicionamento.

Sabemos que o quadro não é fácil, mas os Açores exigem esta luta. É essa a nossa convicção.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Considero que todo este processo é um êxito, um êxito retumbante para o Parlamento dos Açores.

Considero que as diversas forças políticas, e o Governo que teve um papel de especial relevo nesta matéria, saem daqui reforçadíssimas.

Temos uma posição que o Governo Regional poderá apresentar junto do Governo da República com uma legitimidade muito grande.

Esta legitimidade é a de levar uma proposta que é apoiada por diversos partidos políticos, de diversas correntes ideológicas.

Considero que isto é um capital político extraordinário, que mostra mais uma vez que o sistema político açoriano consegue obter convergências muito importantes, no âmbito de assegurar os interesses da Região Autónoma dos Açores (repito: é um êxito tremendo este processo de negociação e esta tomada de posição final!).

Devo dizer que em relação às preocupações da comissão de trabalhadores, penso que (e não posso deixar de referenciar isso na minha declaração de voto final) estão absolutamente asseguradas as expetativas dos trabalhadores.

Relembro o que é que ficou considerado, até tendo em conta, a intervenção que aqui foi feita pelo BE (não posso deixar de referenciar isto):

“Considero essencial que na eventualidade de outras soluções organizativas que impliquem a contratação de recursos humanos, essa contratação deve ocorrer num universo de colaboradores do Centro Regional dos Açores da RTP, RDP, garantindo os direitos de que usufruem, evitando, por esta via, a ocorrência de despedimentos”.

Qual via? Através desta contratação?

Mais claro não pode existir.

Ao contrário do que aqui foi afirmado, não há nenhuma via para o despedimento e esse fantasma foi completamente afastado com este posicionamento que aqui está neste articulado. É claríssimo!

Portanto, e termino Sra. Presidente, o que aqui o Parlamento dos Açores deliberou, com a generosidade das diversas forças políticas e do Governo Regional nesta matéria, foi uma posição de uma força política tremenda que permite uma tomada de posição muito forte, com uma grande legitimidade por parte do Governo Regional, que leva uma posição que não corresponde apenas à maioria parlamentar, leva uma posição que corresponde, quase na íntegra, à composição política e partidária do Parlamento dos Açores e por isso da sociedade açoriana.

É um capital político extraordinário.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PCP Açores congratula-se com a aprovação desta Proposta de Resolução que foi apresentada pelo Governo e que entretanto recebeu diferentes contributos.

Cada um dos partidos políticos chegou ao diálogo quando quis e muito bem entendeu. Houve, de facto, sempre essa oportunidade de dialogar.

Queria apenas aqui rebordar o seguinte, até porque depois não tive oportunidade de o fazer porque já tinha esgotado o meu tempo: o apelo que

ontem o PCP fez na última intervenção abriu efetivamente uma janela de oportunidade para que o diálogo não se encerrasse nessa altura.

Não quero o mérito para mim (mérito nenhum), apenas o facto da janela de oportunidade ao diálogo ter tido continuidade e ter tido o desenvolvimento que teve.

Por outro lado, queria afirmar aqui o seguinte para que não haja nenhum tipo de equívocos:

Não há nenhuma alusão, nos diferentes pontos do texto desta Proposta de Resolução, à criação de nenhuma empresa, o que resolve em si mesmo o problema dos trabalhadores da RTP-Açores, designadamente com a redação que foi dada, salvo erro, ao ponto seis.

Porque a nossa questão de princípio tinha a ver com esta questão, foi essencialmente por isso que o PCP, logo que o Sr. Presidente demonstrou disponibilidade para alterar o art.º 11.º, que era o artigo que fazia alusão a essa questão (a partir do momento em que foi alterado), deu o seu apoio a esta Proposta de Resolução, contribuindo assim para um consenso alargado sobre uma questão de dimensão política regional da importância que todos reconhecemos.

Portanto, por parte da Representação Parlamentar do PCP só posso congratular-me com a solução que foi encontrada e com o que hoje aqui aprovámos, que dota a Região dum posição consensual, ou o mais consensual possível, sobre uma matéria que a todos nos interessa, que a todos diz respeito e sobretudo salvaguarda os interesses das açorianas e dos açorianos que nos elegeram a todos.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente:

Julgo nesta altura que não se trata de saber quem tem a camisola amarela do entendimento e do consenso, mas saber quem tem memória.

Ontem, como foi referido pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, ainda decorria o debate e voltou a decorrer, e voltou a decorrer, fiz aqui uma intervenção, que não vou repeti-la obviamente porque todos se lembram, aliás antecedendo o Deputado Aníbal Pires exatamente nessa busca de consenso.

Quero com isto dizer que ainda bem que chegámos a este ponto, ainda bem que há aqui uma posição forte dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores.

Registo, como muito positivo, a abertura do Governo Regional também na busca deste consenso e no aceitar de propostas dos partidos que quiseram apresentar as suas propostas.

Apresentámos as nossas ontem, ao final da tarde, ao Sr. Presidente do Governo, que foram quase na sua maioria aceites e integradas nesta Proposta de Resolução.

Devo dizer, Sr. Presidente do Governo, que com a aprovação desta proposta e desta resolução, tem o Governo Regional dos Açores uma enorme responsabilidade de pugnar, perante a RTP, SA e o Governo da República, a grande defesa da nossa RTP Açores.

É uma responsabilidade enorme e estaremos cá, daqui para o futuro, para o que for necessário nesse combate que agora se inicia.

Espero que também se consiga, como se conseguiu aqui, chegar a consensos, havendo cedências quer da nossa parte, quer da parte do Governo da República.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Entramos no ponto onze: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 69/X – “Recomenda ao Governo Regional que proceda às alterações e transferências orçamentais necessárias para dotar os Hospitais EPE e as unidades de saúde do Serviço Regional de Saúde dos meios de pagamento indispensáveis à regularização dos pagamentos em atraso aos seus fornecedores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Para a justificação da urgência tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Deputado, é para justificar a urgência.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para justificar a urgência. Bem lembrado, Sr. Deputado Duarte Freitas, muito obrigado. Sempre atento!

Acho que a urgência justifica-se pela agonia dos fornecedores que estão à espera do dinheiro.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não é preciso dizer mais nada!

O Orador: Não é preciso dizer rigorosamente mais nada. O que é preciso é que seja aprovada esta urgência para que de imediato o Governo possa pagar o que deve e a quem deve.

Portanto, não tenho grande coisa a justificar. Quem tem urgência nisto é quem está à espera do dinheiro.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos então votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mau sinal!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já percebeste!

Presidente: Entramos assim no ponto doze: **Projeto de Resolução n.º 69/X – “Recomenda ao Governo Regional que proceda às alterações e transferências orçamentais necessárias para dotar os Hospitais EPE e as unidades de saúde do Serviço Regional de Saúde dos meios de pagamento indispensáveis à regularização dos pagamentos em atraso aos seus fornecedores”.**

Para apresentar o Projeto de Resolução tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Podia ter aplaudido porque não lhe ficaria mal ter um aplausozinho.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP, através deste Projeto de Resolução, exulta o Governo Regional dos Açores a regularizar os pagamentos em atraso aos fornecedores dos hospitais regionais e das unidades de saúde de ilha, o mais rapidamente possível.

É o Governo Regional que repete frequentemente que a Região tem as suas finanças equilibradas.

Sendo assim, não esperamos outra coisa que não seja um voto favorável e incondicional do Partido Socialista a este Projeto de Resolução.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Esta iniciativa do Grupo Parlamentar do CDS-PP surge da constatação das dificuldades económicas que afetam a generalidade dos fornecedores das unidades de saúde regionais, incluindo aqui os hospitais.

São vários os fornecedores que com crescente frequência reportam ao CDS os sistemáticos atrasos nos pagamentos e as originais e criativas medidas de pagamento, como seja a imposição feita pela SAUDAÇOR que só pagará a quem fizer um desconto ao montante em dívida.

Ou seja, a Região (o Governo Regional!) paga atrasado, não paga juros de mora e ainda exige um desconto.

O Governo Regional criou um imaginativo sistema de financiamento da saúde a baixo custo, mais baixo que qualquer empréstimo bancário! Ou será que este Governo do Partido Socialista já não tem crédito na banca?

Os prazos de pagamento já estiveram nos 60 dias e o Governo Regional orgulhava-se desse prazo ser “único a nível nacional” e de cumprir o referido prazo. Depois, em 2011, o anterior Secretário Regional com a tutela da Saúde, Dr. Miguel Correia, alargou o prazo para 120 dias, com o argumento de que o sistema bancário estava com dificuldades para conceder crédito.

Se na altura aquela desculpa era aceitável, hoje percebemos que talvez não tenha sido exatamente da forma como nos foi contado.

A banca está estabilizada, mas as dívidas da saúde aumentam e acumulam-se a cada dia que passa!

São vários os setores de atividade que se queixam do atraso no pagamento de dívidas das unidades de saúde, hospitais ou SAUDAÇOR, desde empresas de segurança, empresas de *catering*, agências de viagens, taxistas, IPSS ou unidades de saúde privada incluindo laboratórios de análises clínicas e de fisioterapia que complementam o Serviço Regional de Saúde.

A notícia mais recente dá conta de que a dívida dos hospitais à EDA aumentou nos primeiros 4 meses deste ano cerca de 1 milhão de euros, ultrapassando já os 3,5 milhões de Euros.

Só podemos concluir que a Região está irresponsavelmente a colocar em risco centenas de postos de trabalho e a viabilidade económica de dezenas de empresas locais, com todos os efeitos colaterais que isso gera na economia local.

Acreditamos num serviço público de saúde de qualidade, mas a qualidade também se afere pela seriedade com que se gerem as relações comerciais com os fornecedores.

Acreditamos num estado (numa região e num governo) que é e deverá sempre ser uma pessoa de bem, e acreditamos que o Governo Regional também comunga connosco deste princípio, pelo que, no entendimento do CDS, a Região deverá ser exemplar no pagamento aos fornecedores do setor da saúde, como já o foi no passado com este Governo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Ricardo Cabral tem a palavra.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Exma. Senhora Presidente da ALRAA, Exmo. Senhor Vice- Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

A sustentabilidade da Saúde é uma necessidade, para assegurar a prestação dos cuidados de saúde com segurança e com qualidade, a todos açorianos, especialmente, aos mais desfavorecidos.

Sabemos todos que as respostas aos problemas nos Açores têm evoluído muito; o aumento dos exames, a sofisticação dos equipamentos que a ciência e a tecnologia tem proporcionado faz com que o Serviço Regional de Saúde faça um esforço permanente para acompanhar e oferecer modernidade aos procedimentos e conseqüente melhoria da saúde dos açorianos.

Sabemos todos que há uma dívida aos fornecedores e sempre haverá porque diariamente as instituições públicas de saúde compram às empresas muitos materiais, instrumentos e aparelhos para assegurar o seu bom funcionamento.

A dívida aos fornecedores é um problema real. É, assim, nos Açores, na Madeira e no país.

Não há outra forma senão racionalizar, cortar no indispensável para investir no essencial.

As reestruturações na Saúde, em curso, da RAA são, certamente, mais-valias para a reorganização e para a sustentabilidade do SRS que se traduzirá numa equilibrada forma de cumprir as obrigações financeiras e manter a qualidade e a segurança dos cuidados de saúde na RAA.

Queria lembrar aos açorianos que tem havido um enorme esforço de gestão de todos os responsáveis administrativos das Unidades de Saúde da RAA, que é de louvar e de registar.

Sabemos todos que, no ano de 2013, houve uma injeção de cerca de 30 milhões de euros no SRS para o pagamento de dívidas aos fornecedores das Unidades de Saúde da Região, corrigindo assim, as situações em atraso.

Hoje, o pagamento aos fornecedores é feito na sua maioria no ato de entrega dos seus produtos.

Exma. Senhora Presidente da ALRAA, Exmo. Senhor Vice- Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Todavia, julgo que é importante, os açorianas e açorianos saberem que uma das causas das dificuldades de pagamento advêm do montante atualmente em dívida dos subsistemas de saúde nacionais ao SRS, ascende ao valor de mais de € 63 milhões de euros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Claro!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Tribunal Constitucional já se pronunciou sobre isso!

O Orador: Este problema de tesouraria traduz-se, numa verba muito considerável que podia muito bem equilibrar ou até eliminar a dívida aos fornecedores dos Hospitais da RAA.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Desde quando?

O Orador: Se a República pagasse ao SRS seria um grande alívio para as contas da Saúde na RAA e garantidamente saldava todas as dívidas aos fornecedores dos Hospitais da RAA.

Há e continua a haver trabalhadores da Administração Central que descontam, todos os meses, para a prestação de um serviço de saúde, dinheiro que é arrecadado por esses subsistemas e, depois, não é transferido para pagamento das prestações de serviço que são feitas pelas unidades de saúde da região.

Queria lembrar a todos os açorianos que os recursos são limitados, todavia, para 2014, o Governo Regional dos Açores (GRA) disponibilizará cerca de trezentos e dezanove milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e sessenta e nove euros (€ 319 859 569) para a Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é muita massa!

O Orador: É uma quantia volumosa, um verdadeiro indício da prioridade estabelecida pela governação regional e socialista, para a Região Autónoma dos Açores (RAA).

Queria sublinhar o esforço que tem sido feito pelo GRA, no sentido de dotar as Unidades de Saúde da RAA dos meios financeiros que lhes permitam satisfazer os seus compromissos e continuar a prestar serviços de qualidade aos utentes.

O GRA tem encontrado e encontrará, certamente, as soluções para efetuar os pagamentos aos seus fornecedores dentro dos seus orçamentos e nos prazos acordados e estabelecidos.

A Saúde para o GPPS será, sempre, uma prioridade.

O GPPS não votará favoravelmente este Projeto de Resolução.

Disse.

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e João Bruto da Costa (PSD): Não quer que se pague!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Sr. Vice-Presidente do Governo:

Esta é uma matéria que há algum tempo foi reconhecida pelo Governo Regional, ainda no mandato anterior do Governo Regional Socialista, como um dos principais motivos de preocupação da governação regional. Estamos de acordo.

No início desta legislatura tivemos a oportunidade de dar contributos, de refletir e de dialogar com o Governo sobre esta matéria.

Manifestámos publicamente a nossa satisfação pela garantia que o Presidente do Governo nos deu, acompanhado do Vice-Presidente, de que o buraco, os mil milhões que estavam em causa de responsabilidades financeiras na área da saúde, era perfeitamente acomodável dentro daquilo que era o Orçamento Regional, sem comprometer outras metas orçamentais.

Ficámos satisfeitos com essa garantia dada pelo Governo de que conseguia acomodar esta situação dentro do Orçamento, sem comprometer outras metas orçamentais.

A verdade é que partimos do pressuposto que essa acomodação teria um outro princípio, que era ir resolvendo, mesmo que a prazo, e nunca ir aumentando os encargos.

É isso que nos preocupa mais ainda e por isso fazemos esta intervenção no seguimento da proposta apresentada pelo PP.

No seguimento do trabalho no terreno, que temos vindo a fazer e fazemos com regularidade, junto das unidades de saúde da Região, nomeadamente nos hospitais da Região:

- a dívida comercial, a 31 de dezembro de 2013, dos três hospitais, ascendia a cerca de 86 milhões de euros;
- a dívida bancária dos três hospitais, 314 milhões de euros;
- o serviço da dívida, que foi passado dos hospitais para a SAUDAÇOR foi de 26 milhões de euros;
- o orçamento para os três hospitais, os contratos-programa a 2013, totalizou 171 milhões de euros para os três hospitais.

Se a execução, melhor dizendo, foi de 171 milhões de euros em 2013, os contratos-programa ficaram apenas pelos 147 milhões de euros.

O que é que isto quer dizer?

Quer dizer que em vez de resolver, ou ir resolvendo as dificuldades do Serviço Regional de Saúde, mesmo que fosse gradualmente, acomodando em termos do orçamento regional, aquilo que se passou é que só por via do subfinanciamento, através dos contratos-programa, tivemos mais responsabilidades no valor de 24 milhões de euros, além de que 26 foi o serviço da dívida que passou dos hospitais EPE para a SAUDAÇOR.

Isto é, em 2013, em vez de começarmos a resolver o problema, ele foi acrescentado em mais 50 milhões de euros.

O passivo da SAUDAÇOR, como se sabe, são 340 milhões de euros.

O total da dívida comercial e bancária dos hospitais e da SADAUÇOR é qualquer coisa como 740 milhões de euros, mais as responsabilidades financeiras futuras que temos do Hospital de Angra, podemos estar a falar de cerca de 1.171 milhões de euros.

Isto é deveras preocupante, embora estivéssemos ficado satisfeitos com a garantia de que o Governo Regional resolvia com meios próprios. É ainda mais preocupante, porque em vez de começar a resolver como disse, está a agravar-se.

Quais são as consequências desse agravamento?

É que só à EDA, às Câmaras Municipais (por contratos de água) e às Casas de Saúde, os três hospitais devem quase 7 milhões de euros.

Aos fornecedores os dramas são enormes.

O que é que acontece?

Aquilo que é preocupante não são estes números em si. É aquilo que provocam e provocam a dois níveis.

Provocam efetivamente naquilo que são os cuidados de saúde.

Sabemos que estas dificuldades financeiras também estão por de trás, por exemplo, da dificuldade dos especialistas se deslocarem às ilhas, com consequências que acabam por ser ainda piores, que agravam ainda mais aquilo que são as despesas do Serviço Regional de Saúde, com um mau serviço, por muito esforço que os profissionais de saúde façam, e fazem-no, e aqui é preciso fazermos uma homenagem.

Também quero dizer que em relação aos gestores das unidades de saúde dos três hospitais são eles que no dia a dia fazem um enorme esforço e têm que dar a cara perante os fornecedores.

Depois, ouvem da parte dos fornecedores o seguinte:

- O senhor está na direção do hospital e não tem dinheiro para me pagar, mas ainda ontem ouvi o Vice-Presidente do Governo dizer que nos Açores o Governo está cheio de dinheiro.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não bate a bota com a perdigota!

O Orador: Como é que o Vice-Presidente está cheio de dinheiro...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... tem *superavits*, e o senhor que está na gestão desse hospital não tem dinheiro para pagar o que me deve?

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: É isto que é dramático, Sr. Vice-Presidente.

Aqui, além dos profissionais de saúde, quero também prestar uma homenagem aos gestores destas unidades de saúde, porque eles têm que enfrentar diariamente esta dificuldade e este paradoxo. São eles que sofrem um dos

impactos do paradoxo das finanças regionais. Têm que dar a cara dizendo que não têm dinheiro, quando as pessoas ouvem na rua o Vice-Presidente do Governo dizer que está cheio de dinheiro.

Isto é relevante e é preciso sublinhá-lo.

Mais do que isso: são as pessoas que sofrem, os utentes que sofrem, são os profissionais de saúde, são os gestores destas unidades.

Essencialmente, aquilo que me preocupa, são os utentes, são as pessoas que não têm médicos especialistas. Esperam por consultas e por cirurgias meses e anos. Isso é que nos preocupa.

Depois, uma outra consequência indireta, mas uma consequência que é preciso aqui sublinhar e é preciso que o reflitamos aqui: isto põe em causa as empresas, põe em causa o emprego.

Recebemos hoje informação que mais uma vez, por muitas medidas que vejamos anunciadas diariamente pelo Vice-Presidente do Governo, infelizmente o desemprego continua a subir nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Aliás, é a única região de Portugal onde o desemprego continua a crescer.

Por cada nova medida que o Sr. Vice-Presidente anuncia, parece que o desemprego cresce mais; por cada novos milhões que o Sr. Vice-Presidente fala, menos dinheiro há para pagar aos fornecedores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Desta maneira, Sr. Vice-Presidente, com este paradoxo do qual o senhor é o principal protagonista, os Açores vão tendo cada vez mais desempregados, mais empresas com dificuldades,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E ele vai-se rindo!

O Orador: ... mais profissionais de saúde com dificuldade para prestar o seu serviço, mais gestores hospitalares e de outras empresas públicas a terem que dar a cara a dizer que não têm dinheiro quando o senhor anuncia que tem milhões.

Ao fim e ao cabo, são os açorianos que ficam prejudicados com este paradoxo das finanças regionais do qual o senhor é a cara exemplar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E no meio disto tudo o PS vota contra!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente.

Deputado Luís Garcia (PSD): Ei-lo! Aí vêm os milhões!

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Gostaria em primeiro lugar de saudar o PP por trazer esta iniciativa à Assembleia...

Deputado Luís Garcia (PSD): Saudar o PP e chumbar a iniciativa!

O Orador: ... e permitir que possamos fazer um balanço sobre esta mesma situação e a sua evolução na atual legislatura.

O financiamento do serviço de saúde é, efetiva e atualmente, um enorme desafio, se calhar o maior desafio das sociedades modernas e o maior desafio das sociedades que consideram que o serviço de saúde deve ser um bem público.

É um problema nos Açores, é um problema no país, é um problema na Europa.

O debate que aqui assistimos é um debate que se multiplica em todos os parlamentos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas no resto do país reduziu-se para um terço!

O Orador: ... pela Europa fora onde o serviço de saúde é público, e onde o serviço de saúde, não está entregue exclusivamente a privados.

Depois de termos na última legislatura conseguido, com o reforço das dotações para a saúde, equilibrar anual, financeira e operacionalmente as unidades de saúde de ilha, o desafio que se colocou nesta legislatura, e que assumimos

concretamente, foi a necessidade de um reforço significativo das transferências para o Serviço Regional de Saúde, também para obter o equilíbrio no âmbito dos três hospitais.

Para que esse objetivo fosse efetivamente conseguido, definimos duas estratégias:

Primeira: um aumento das transferências para os hospitais;

Segunda: obter o equilíbrio operacional de resultados entre os três hospitais.

É, pois, o momento de fazer um balanço neste ano de legislatura, dessa estratégia e desse objetivo.

Efetivamente cumprimos esse mesmo objetivo.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Lembrava que, em 2010, as transferências para o Serviço Regional de Saúde foram 213 milhões de euros. Em três anos aumentámos em 87 milhões de euros (mais 40%) essas transferências.

Em 2013, as transferências para o Serviço Regional foram em 87 milhões de euros superiores àquelas que se verificaram em 2010, ou seja, mais 40%.

Isto significa que o Governo tem feito um esforço muito significativo de reforçar as transferências para o Serviço Regional de Saúde.

Por outro lado, os hospitais da Região registavam um desequilíbrio de exploração, ou seja, os seus custos eram significativamente superiores aos seus proveitos. Isso implicava uma deteiorização significativa das contas dos hospitais.

É bom lembrar, por exemplo, que, em 2012, os três hospitais fecharam com resultados líquidos negativos, prejuízos operacionais, de 55 milhões de euros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Isso é uma novidade!

O Orador: Sr. Deputado, não é novidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É! Pela sua boca é!

O Orador: Está em todas as contas e foi sempre dito: 55 milhões de euros de prejuízo em 2012, dos três hospitais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não!

O Orador: Está na Conta da Região!

Deputado Francisco César (PS): Está aqui, o senhor é que não leu!

O Orador: Está nas contas, não é novidade nenhuma.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! O senhor agora é que está a dizer!

O Orador: Mas assumimos o princípio de obter o equilíbrio...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso sei eu!

O Orador: ... desses três hospitais.

Por isso, depois de um enorme esforço feito por via do aumento que referimos das transferências do Orçamento da Região e também de um esforço de contenção feito pelos três hospitais, podemos, hoje, anunciar que os três hospitais vão fechar em 2013 com os resultados operacionais equilibrados, ou seja, sem prejuízo de exploração em 2013.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Ou seja, pela conjugação do aumento das transferências...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Pague o que deve! Há gente a perder o seu emprego, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Eu vejo que as boas notícias irritam a bancada do PSD.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Irrita as pessoas que estão a perder o emprego!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Vice-Presidente continue a sua intervenção.

O Orador: Em 2013, por via do aumento, que foi muito significativo (como referi, nos últimos três anos, entre 2010 e 2013, houve um aumento de transferências para o Serviço Regional de Saúde de 87 milhões)...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor está a afogar-se nesses números todos!

O Orador: ... e conjugado pelas poupanças operativas, conseguiu-se atingir os resultados líquidos operacionais equilibrados em 2013, que era o objetivo que tínhamos assumido e é um objetivo que cumprimos.

Perguntarão os senhores: estão os problemas de financiamento da saúde resolvidos?

Digo: não! Não estão!

Conseguimos reforçar as transferências no limite dos nossos recursos, conseguimos, em 2013, equilibrar os resultados operacionais...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está tudo pago!!!

O Orador: ... mas efetivamente existe ainda uma situação por resolver.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma?!

O Orador: Uma situação para resolver.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é otimismo!

O Orador: Tem a ver efetivamente com o facto de, fruto dos resultados líquidos negativos dos anos anteriores, existir efetivamente uma dívida a fornecedores, dos três hospitais, que tem que ser resolvida.

Mas como demonstram os próprios resultados líquidos operacionais equilibrados e o fim do prejuízo dos hospitais em 2013, ao contrário do que querem fazer crer, a dívida não aumentou em 2013, mas por via dos resultados líquidos operacionais equilibrados também não diminuiu.

O que conseguimos em 2013 foi bom, mas não foi o suficiente. Foi estancar o crescimento dessa dívida a fornecedores, mas o que é preciso (e é agora o desafio) é reduzi-la progressivamente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nem o Ministro da Informação do Iraque diria melhor!

O Orador: Vamos a estas contas:

O que importa agora fazer, o que importa agora conseguir,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É pagar!

O Orador: ... é que aquilo que está neste momento em dívida aos fornecedores, que não aumentou, comece efetivamente a reduzir.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Esse discurso começa a ser um incómodo para o Presidente do Governo que está sentado ao seu lado!

O Orador: Mas para chegar onde já chegámos foi preciso aumentar as transferências, foi preciso equilibrar os resultados dos hospitais, como tínhamos antes equilibrado os das unidades de saúde.

Vamos às soluções, tendo já conseguido até agora aquilo que nos propusemos conseguir.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então vai aprovar isto!

O Orador: Efetivamente, e aí a nossa discordância com esta proposta,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual é?

O Orador: ... é que a solução para resolver este problema de trás, não é aumentar as transferências.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é que sabe como é que paga, não sou eu!

O Orador: A solução para este problema de trás é efetivamente assegurar que aquilo que os três hospitais devem a fornecedores (que não cresceu), seja liquidado como qualquer empresa liquida aquilo que tem a pagar a fornecedores...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor começa a ser um embaraço para a sua bancada!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É o chamado discurso labiríntico!

O Orador: ... quando os seus clientes pagarem aquilo que devem aos hospitais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, uma interpelação à Mesa.

O Orador: A solução que propomos, a solução para esta questão, tem que ser resolvida nessa forma.

Por isso mesmo não concordamos na globalidade com a proposta do PP. Primeiro, porque diz que propõe aumentar as transferências para o Serviço Regional de Saúde, depois de já termos aumentado 87 milhões,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E continua a dever!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso foi no passado!

O Orador: ... depois de já termos feito com que aumentasse 40%.

Mas não diz a segunda questão para sabermos como é que aumenta.

Se é para aumentar mais as transferências, tem que dizer de onde é que tira...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não!

O Orador: ... de onde é que corta, de onde é que reduz.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tira da algibeirinha!

O Orador: Qualquer proposta para ser devidamente credível e para poder ser analisada nesta Assembleia, só pode ser de uma maneira: digo, quero mais 30 ou 40 milhões de transferências para a saúde, mas para fazer isso quero cortar aqui e ali esses mesmos montantes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Aumenta a dívida!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tenho de agradecer, porque ganhei uma aposta!

O Orador: Segunda questão e a mais importante:

O montante que neste momento a saúde (os três hospitais) deve a fornecedores ficará quase na íntegra resolvido com o pagamento por parte da República das dívidas que tem aos três hospitais da Região, através de subsistemas. Ou seja, basta o Governo da República e os seus subsistemas pagarem aos três hospitais da Região, aquilo que devem ...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ponha em tribunal!

O Orador: ... para os três hospitais terem o dinheiro que falta para pagar a todos os fornecedores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ponha em tribunal!

O Orador: Sabendo disso, o que os senhores propõem não é que o Governo da República pague o que nos deve. O que os senhores propõem é que o Governo Regional pague o que o Governo da República deve.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é enganar as pessoas!

O Orador: A terceira razão é de pormenor, mas é técnica.

O que o senhor propõe não é uma alteração orçamental, é uma revisão orçamental. A revisão orçamental não é competência do Governo, é competência da Assembleia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então vamos embora!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Essa investigação ao Governo de Sócrates tinha dado jeito!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor continua igual a si mesmo!

O Orador: Mais importante que isto, dirão os açorianos: no meio desta questão, o Governo da República não paga o que deve? É o dinheiro que falta para os hospitais pagarem?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor paga!

O Orador: Os fornecedores que estão no meio disto vão ficar nesta guerra?

Não! Não devem ficar nesta guerra.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Estão a fechar!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eles não estão na guerra! Eles estão é na pobreza! Na exclusão, isso mesmo!

O Orador: Nesta discussão, deve o Governo Regional mais uma vez substituir o Governo da República, assumindo o que o Governo da República tem para pagar aos hospitais, fazendo esse pagamento em nome do Governo da República?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é de uma demagogia lamentável!

O Orador: O que acho que é importante é concentrarmo-nos naquilo que é essencial. O essencial foi aumentar até ao limite dos nossos recursos as transferências para a saúde, permitindo, em 2013, com o equilíbrio operacional, os três hospitais deixarem de ter prejuízos para terem resultados líquidos equilibrados. Com isso estabilizou-se essa situação, mas evidentemente não resolveu os prejuízos acumulados do passado.

Para resolver isso, a solução é pura e simples: basta que a República pague o que deve!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Só visto!

O Orador: Isso não acontecendo, penso que devemos trabalhar com o Governo da República e com todas as entidades, muito rapidamente, para se encontrar uma solução financeira, que não passa obviamente pela Região substituir a República, não passa obviamente por, aumentando essas transferências, a Região ter que cortar no seu plano de investimento, nas suas despesas para substituir a República, mas uma solução com um enquadramento financeiro. Teremos que trabalhar com o Governo da República, num curto espaço de tempo, para que se encontre o financiamento necessário para que a República pague aquilo que deve.

O que queremos nesta matéria, única e exclusivamente, é que o Governo da República...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Se não fosse a República o senhor era um moribundo!

O Orador: ... pague aquilo que efetivamente deve para que esse objetivo seja efetivamente atingido.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Era um moribundo!

O Orador: Nós não queremos nada da República...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quer! Quer! O senhor já não é capaz! Já esbanjou!

O Orador: A única coisa que queremos da República é que a República pague o que deve à Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está teso! *No money!*

O Orador: É única e exclusivamente isso.

O senhor acha que o Governo da República não deve pagar aquilo que deve à Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): *No money, no funny!*

O Orador: A nossa diferença é essa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é não!

O Orador: Mas digo-vos uma coisa: os fornecedores dos hospitais não têm culpa que a República não cumpra os seus compromissos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É preciso ter lata!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Tenha vergonha desse discurso!

O Orador: Se a República assumir que não cumpre os seus compromissos estará o Governo Regional a apoiar os fornecedores e as empresas da Região substituindo-se ao Governo da República...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os senhores têm lata, não têm é vergonha!

O Orador: ... nas responsabilidades que são da República.

Como fizemos o ano passado voltaremos a fazer este ano, se a República claramente assumir que não quer cumprir as suas responsabilidades e se a República não quiser, por essa via, apoiar as empresas açorianas.

Agora o que nunca (nunca!) aceitaremos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a incompetência que não aceitamos!

O Orador: ... é que seja a Região (nem nas transferências) através de cortes no investimento a fazer aquilo que cabe à República fazer.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Vai chegar ao dia da sua história, Sr. Vice-Presidente!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Artur Lima para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Para uma interpelação à Mesa muito rápida, Sra. Presidente.

Para informar a Mesa, a câmara e o Governo que estamos disponíveis para alterar a parte resolutiva e negociar qualquer proposta que o Governo queira fazer para se pagar aos fornecedores (o método e a maneira).

Sr. Vice-Presidente, estamos disponíveis para acolher as suas sugestões.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem a palavra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Sr. Vice-Presidente tem que perguntar ao Sr. Secretário da Saúde por que é que manda os fornecedores irem bater à sua porta!

Deputado Luís Garcia (PSD): Onde é que está o Sr. Secretário da Saúde?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, peço-lho desde já desculpa pela imagem que vou tentar transmitir em relação àquele que foi o seu discurso.

Devo dizer-lhe que perante o cenário de catástrofe que temos na saúde, o Sr. Vice-Presidente parecia aquele célebre Ministro do Saddam Hussein...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP)

... a negar a realidade e a dizer que estavam a vencer as tropas do *cowboy*.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Nessa altura, enquanto ele afirmava e negava essa realidade, nas ruas, num cenário de Bagdad, estavam a passar os tanques americanos.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP)

Ficou conhecido como “Ali, o Cómico”.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP)

Devo dizer-lhe, Sr. Vice-Presidente, que não há nenhum mecanismo, não há nenhuma retórica, nenhum sistema de negação que o senhor possa utilizar para se eximir da responsabilidade em que a Região se encontra, e das suas próprias responsabilidades neste setor.

Foi acumulada uma dívida enorme exatamente porque o setor foi suborçamentado durante muitos anos e o senhor tinha as responsabilidades que tem hoje.

Essa acumulação de responsabilidades, essa acumulação de dívida por parte dos hospitais e esta acumulação de uma dívida gigantesca neste setor, que é o principal problema que a Região enfrenta do ponto de vista financeiro, os tais 1.171 milhões de euros, é algo que não se pode negar.

A pior coisa que o Sr. Vice-Presidente pode fazer nesta matéria é anunciar resultados positivos quando não se paga o que se deve aos fornecedores, quando não se resolveu o problema com a receita.

O Sr. Vice-Presidente teve oportunidade de dizer que iria resolver o problema, ia começar não só a pagar aos fornecedores, mas também a diminuir a dívida.

O que se verifica é que não só não pagou aos fornecedores, como não diminuiu a dívida. Pelo contrário, ela tem vindo a incrementar-se.

Num cenário destes em que não se paga o que se deve aos fornecedores e em que a dívida continua a aumentar e a qualidade dos serviços continua a degradar-se diariamente, em vez de reconhecer humildemente neste Parlamento que temos um problema e que o temos que resolver, o Sr. Vice-Presidente perante “Bagdad a arder”, vem aqui dizer: “Não! Nada disso! Essa realidade não existe! É o meu discurso que conta!”.

Sr. Vice-Presidente, um discurso deste tipo, um discurso de negação, um discurso de propaganda, sem qualquer base sustentável, não é aceitável nesta Casa.

O que o Sr. Vice-Presidente deve dizer é: temos um problema; o que estamos a fazer não é o suficiente e temos estas medidas para o resolver.

Era isso que o Sr. Vice-Presidente devia ter feito e não vir negar aqui um problema que é grave, que todos conhecemos e que o senhor se recusa a aceitar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Vice-Presidente do Governo:

Penso que o discurso do Sr. Vice-Presidente do Governo já foi aqui devidamente explicitado e caracterizado, mas queria dizer, Sr. Vice-Presidente do Governo, que concordo consigo. Acho que a República, se deve, tem que pagar.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: A República se deve e está atrasada, tem que pagar!

Se são 63 milhões de euros, segundo o que ouvimos dizer (pode ser mais, pode ser menos) tem que se fazer encontro de contas. Se a Região deve à República tem que fazer o encontro de contas. Mesmo que a Região não deva nada à República e seja só a República à Região, os 63 milhões de euros, a República tem que pagar.

Sr. Vice-Presidente, sabe quanto é que isso representa do valor de encargos que o senhor tem na saúde, aquilo que a República tem que lhe pagar, mesmo que fosse só a República a ter que lhe pagar e o senhor não ter que pagar nada? Sabe quanto é que isso representa, Sr. Vice-Presidente? Representa 5,3% das responsabilidades que o senhor tem, Sr. Vice-Presidente.

E o senhor quer iludir os açorianos com um discurso desses?

Deputados Luís Garcia e Luís Rendeiro (PSD): Pague o que deve!

O Orador: A República que pague o que deve, mas representa 5,3% daquilo que o senhor deve e não paga! É esse o problema!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso é mentira!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, é esse discurso que o senhor se enreda e leva atrás de si o Partido Socialista e o Governo, que não podem reconhecer as dificuldades financeiras, porque o senhor impôs esse discurso, não sai daí e é isso que nos está levando para este buraco imenso.

O senhor é o rei dos paradoxos!

Diz que tem *superavit* e os senhores todos que o senhor nomeia têm que dizer aos fornecedores que não têm dinheiro para pagar.

O senhor é o rei dos paradoxos quando diz que está tudo bem, todas as semanas. Todos os dias anuncia novos programas para emprego e tem um desemprego que já atinge os 18%. Isso, sim, Sr. Vice-Presidente devia-o preocupar sendo o rei dos paradoxos nesta Região Autónoma.

Digo mais, Sr. Vice-Presidente, o senhor trouxe a Região até aqui. Eu acho que o mínimo que o senhor tinha que fazer não era tentar ir-se embora, mas resolver o desastre que criou.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Sr. Vice-Presidente:

Sr. Deputado Artur Lima, começo por si, o autor desta proposta, uma proposta que é meia proposta.

Vamos diretamente ao assunto, Sr. Deputado.

Isto não vai tornar moda agora. Temos disponibilidade, e o Governo também já manifestou, mas não é o PS ou o Governo que têm que manifestar disponibilidade para alterar as suas propostas. O senhor é que tem a obrigação de abandonar o seu populismo e a sua demagogia primária e apresentar propostas concretas.

Deputados Berto Messias e Rogério Veiros (PS): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Depois da intervenção do Vice-Presidente, chamar populista aos outros!...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é uma crítica ao Sr. Presidente do Governo?

O Orador: Propostas que – e este é o desafio que lançamos ao CDS-PP, talvez pela 10.º ou 12.º vez – demonstrem a coragem do CDS em dizer onde é que corta e do que é que prescinde para reforçar essa transferência...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... que o senhor aqui propõe.

É essa a sua obrigação e era isso que a sua proposta devia ter contemplado.

Quanto a outras questões que aqui foram referidas, queria também, não rejeitando dificuldades que já foram aqui referidas e esse desajustamento estrutural entre custos e proveitos nos hospitais que vem a ser trabalhado (e eu já falarei nisso de seguida),...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Com certeza! Um especialista em finanças!

O Orador: ... não negando essa situação, a verdade é que o setor da saúde, hoje, nos Açores, está muito longe daquilo que os senhores aqui procuraram caracterizar.

Foram utilizadas expressões que não são admissíveis num debate desta importância.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ainda bem que os senhores não privatizaram a EDA, senão já tínhamos o resultado!

O Orador: Não é assim que se discute esses temas.

Estamos perante um sistema que trabalha 24 horas por dia, 365 dias por ano e que salva centenas, dezenas e milhares de pessoas por ano.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas não era assim no passado?

Deputado Jorge Macedo (PSD): É igual em todo o mundo!

O Orador: Esse sistema tem as suas particularidades, tem algumas insuficiências, tem algumas dificuldades, mas é um bom sistema e é um sistema que está muito longe daquilo que os senhores aqui procuraram descrever.

Rejeitamos liminarmente este pré-anúncio do caos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Diga qual é o sítio do mundo que fecha ao fim-de-semana!

O Orador: Não há caos na saúde!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O caos já está instalado!

O Orador: Há problemas de financiamento que já foram explicados, que já estão assumidos. Nós damos a cara por eles...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não tem que dar a cara, tem que dar é dinheiro!

O Orador: ... e estamos aqui para apresentar soluções e para tentar resolver estes problemas.

Há uma coisa aqui que não alinhamos. Nós não deixaremos de continuar a defender um sistema universal, geral e gratuito,...

(Risos do Deputado Artur Lima)

... porque como foi muito bem dito pelo Sr. Vice-Presidente, é um bem público e é um direito igual para todos.

Srs. Deputados, é esta a verdade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor implementou as taxas moderadoras!

O Orador: Nessa defesa corajosa que sempre temos feito do serviço público de saúde, continuaremos, como eu já várias vezes referi aqui neste Parlamento, a ter a coragem de rejeitar o imobilismo daqueles que à nossa esquerda nada querem fazer,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Fui chamado ao debate!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foste chamado!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Acordou!

O Orador: ... e com isso levariam à falência do sistema, e também daqueles que à nossa direita procuram confundir as pessoas e apresentar soluções que também acabariam por descaracterizar a natureza pública deste serviço.

Srs. Deputados, nessa defesa que é difícil mas que exige coragem, que é o papel que o PS cada vez mais está a desempenhar na sociedade portuguesa e nos Açores, nunca iremos recorrer à mentira como o Sr. Deputado Duarte Freitas aqui acabou de fazer.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado António Marinho (PSD): O que é que é mentira?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Deputado não ouviu o Sr. Vice-Presidente do Governo!

O Orador: Sr. Deputado, deixe-me que lhe diga: o senhor é o Presidente do PSD/Açores. O senhor gosta muito de se reservar no debate político e está no seu perfeito direito. Eu compreendo-o e respeito isso. O senhor gosta de ter como interlocutor o Sr. Presidente do Governo. Já todos percebemos isso.

O senhor gosta mesmo, nas outras situações, é de fazer declarações de voto, por último, para ninguém o poder atacar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Oh! Foi o primeiro!

O Orador: Digo-lhe frontalmente: o senhor mentiu e é inadmissível que o Presidente do PSD/Açores venha aqui procurar confundir dívidas financeiras com dívidas comerciais que persistem em alguns hospitais.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado António Marinho (PSD): Não é verdade!

O Orador: O senhor sabe disso, o senhor mentiu!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado António Marinho (PSD): O senhor é que não sabe disso!

O Orador: Sei disso perfeitamente!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado António Marinho (PSD): Isso é uma perfeita asneira!

O Orador: Sobre os montantes que estão em dívida, o senhor eludiu os números precisamente para tirar esse benefício e isso não é correto da sua parte. A dívida ao Serviço Regional de Saúde que neste momento existe dos subsistemas nacionais (já falámos aqui várias vezes sobre isso, o meu colega Ricardo também já apontou) é uma dívida muito significativa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quanto é?

O Orador: É superior a 62 milhões de euros.

Eu próprio apresentei um requerimento há alguns meses para apurar o valor dessa dívida, eu e vários colegas.

Essa dívida é muito avultada!

Essa dívida a ser paga permitiria liquidar a dívida comercial dos hospitais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apresentou esse requerimento a quem? A Sócrates?!

O Orador: A questão é essa. Não é dizer que o que falta de transferência representa apenas 5% desse montante.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Teve sorte que o Governo respondeu!

O Orador: O senhor fez confusão. Juntou dívida financeira que está escalada, programada e para ser amortizada ao longo do tempo, com dívida comercial, que é dívida de longo prazo.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Eu fui tão claro!

O Orador: Eu ouvi muito bem e sei perfeitamente o que é que o senhor quis fazer.

Por isso quero também salientar o enorme esforço que o Governo tem feito para reforçar o financiamento e as transferências para o Serviço Regional de Saúde.

Aqui também tem que ser dita a verdade, Sr. Deputado Duarte Freitas. Isso é outra acusação que eu faço! O senhor foi dos vários políticos da oposição dos Açores que sempre disse que não seria possível, que não teríamos capacidade de reforçar as transferências para a saúde.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Eu?! Ó José, eu hoje desculpo tudo! Podes dizer tudo o que quiseres!

Deputado António Marinho (PSD): O senhor não está bem!

O Orador: Fizemo-lo!

Que não seria possível aumentar aos níveis que nós aumentámos as transferências para os hospitais.

Pois bem! Como foi aqui dito, em três anos aumentámos em mais de 80 milhões, nomeadamente em 87 milhões, as transferências para o Serviço Regional de Saúde, o que representa um acréscimo de mais de 40%.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tanta gente que percebe de saúde no seu Grupo Parlamentar e foram logo pô-lo a debater!

O Orador: Srs. Deputados, para quem dizia que não seria possível, cá está a prova que esse percurso foi feito...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... esse esforço foi realizado e esse compromisso está a ser cumprido.

É óbvio que as situações que foram aqui apontadas ainda carecem de resolução. Com certeza que sim! Esse percurso será feito, mas volto a salientar: é fundamental que a República pague o que nos deve, porque isso é que permitirá desbloquear o mais rapidamente possível essa solução.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E os outros 95?

O Orador: Independentemente de todas estas questões, a verdade é que tem sido possível fazer esse percurso.

A mim chocou-me, deixem-me que vos diga, a forma como juncosamente se referiram à questão do equilíbrio dos orçamentos hospitalares, Sras. e Srs. Deputados. Esse é um dado da maior importância para os Açores, para as nossas finanças e obviamente também para o Serviço Regional de Saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor é que chegou a essa conclusão ou foi alguém aí ao lado que lhe disse?

O Orador: O que os senhores não querem é ser confrontados com o seu alarmismo de anos anteriores.

É desse passado que os senhores querem fugir, mas estaremos aqui para recordar.

Por último, digo uma outra questão:

No meio de vários constrangimentos, de muitas dificuldades e de vários bloqueios, o Partido Socialista não virará a cara à luta. Continuaremos a dar a cara e a desenvolver as políticas necessárias para resolver estes e outros problemas.

É isso que faremos. Mas estaremos aqui, nos Açores, a resolver...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e a gerir o nosso sistema. Não faremos como o Sr. Deputado Duarte Freitas defende. Não entregaremos as chaves do Serviço Regional de Saúde ao Ministro da Saúde.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Está a dizer tudo ao contrário! Não ouviu nada!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não acertaste uma. Disseste tudo ao contrário, mas estás desculpado!

Presidente: Passo agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Na primeira intervenção procurei fazer a abordagem da evolução do financiamento e do enquadramento financeiro do Serviço Regional de Saúde. Identifiquei de onde é que partimos, identifiquei o que é que fizemos, identifiquei os resultados que obtivemos, identifiquei também os problemas que ainda persistem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Esqueceu-se foi de pagar!

O Orador: Identificámos e assumimos onde estão os problemas, mas também apontámos as soluções para os problemas existentes.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Apontaram, mas não pagaram!

O Orador: O que é lamentável...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Lamentável é o senhor não pagar!

O Orador:... é que nem todos tenham assumido este compromisso de discutir com rigor, com seriedade e com objetividade o problema que efetivamente existe.

Efetivamente podemos aqui assegurar que no dia (repito: no dia) que o Governo da República e os subsistemas nacionais pagarem aquilo que devem aos três

hospitais, o Governo dos Açores assegura que no mesmo dia não haverá um único cêntimo aos fornecedores do Serviço Regional de Saúde por pagar.

É este o compromisso que aqui fica! É aquilo que hoje temos condições de fazer!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso já não é desespero, é outra coisa!

O Orador: O Sr. Deputado José San-Bento caracterizou muito bem a intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas. Não vou entrar por aí! Volto só a dizer que é lamentável essa demagogia de tentar confundir os açorianos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem! O senhor mentiu!

O Orador: Da parte do ataque pessoal, eu aguento bem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual foi o ataque pessoal?

O Orador: Já estou habituado e não altera uma vírgula no meu discurso.

Cada um tem o seu caminho de fazer política. Eu tenho o meu, que é procurar resolver o problema dos Açores, ajudar a resolver o problema dos Açores e dos açorianos; outros acham que o caminho para fazer política é atacar individualmente as pessoas.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Por aí eu não vou. Ficaré no silêncio perante essas afirmações.

Toda a nossa força, toda a nossa concentração tem que estar em resolver os problemas dos Açores e os problemas dos açorianos.

Todo o tempo que perdermos em questiúnculas pessoais, todo o tempo que perdermos neste debate estéril e sem fundamento, é tempo que estamos a perder nos Açores e aos açorianos.

Não é nisso que nos queremos concentrar.

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Depois deste truque mal feito de contabilidade que o Sr. Deputado Duarte Freitas tentou fazer, confundindo o que são amortizações a bancos daqui

a 10, 15 e 20 anos com aquilo que é o problema que efetivamente existe de dívida a fornecedores,...

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

O Orador: ... reafirmo aqui claramente o nosso compromisso e aquilo que já conseguimos manter.

Basta o Governo da República e os subsistemas pagarem aos três hospitais aquilo que devem.

No dia que o fizerem, os três hospitais estão em condições de pagar até ao último cêntimo aquilo que ainda têm a pagar a fornecedores e às empresas regionais.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Jesus!

O Orador: Cada um assuma a sua parte que nós estaremos aqui para assumir a nossa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor nem dinheiro para pagar a luz e a água tem!

O Orador: Vamos trabalhar em conjunto para encontrar uma solução para este problema, incluindo aqui e hoje.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Considerando o nosso horário, vamos interromper agora os trabalhos e regressamos às 15.

Bom almoço para todos.

Eram 13 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 12 minutos.

Estava inscrito o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Eu não estava inicialmente para entrar neste debate, até porque o sentido de voto da Representação Parlamentar do PCP penso que é lógico, isto é, existe um problema e há a necessidade de o resolver com a maior urgência possível. Portanto, a Representação Parlamentar do PCP irá votar favoravelmente a iniciativa.

Entretanto tive aqui um desafio da bancada do Partido Socialista que referiu...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Precisam de apoio!

O Orador: Talvez seja melhor engolir o aparte, Sr. Deputado.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Como nem o PCP, nem o Aníbal Pires, se recusam a desafios, cá estamos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Isso mesmo!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Que à esquerda do Partido Socialista...

Deputado José San-Bento (PS): Não é um desafio, é uma constatação, Sr. Deputado!

O Orador: Pronto! *Ok!* Já percebeu, Sr. Deputado?

Esta discussão não pode, na opinião da Representação Parlamentar do PCP, reduzir-se a uma discussão meramente contabilística, até porque a génese do problema, a raiz do problema, não tem a ver com contabilidade.

A raiz do problema, a génese do problema, reside em opções políticas e orçamentais que conduziram a que hoje se vivesse esta situação com um peso na dívida do setor da saúde com a dimensão que temos e todos estamos preocupados com ela. Com certeza que o Partido Socialista também, com certeza que o Governo Regional também.

A questão é esta: V. Exas. é que foram ao longo dos anos fazendo as opções políticas e orçamentais de subfinanciamento do setor, desviando fundos

públicos, recursos públicos, para áreas que não são da estrita competência daquilo que são as competências da Região.

Em termos orçamentais as prioridades do Governo Regional têm que ser para assegurar o serviço público da educação e o serviço público da saúde, coisa que efetivamente não tem vindo a acontecer. Portanto, estamos hoje a viver a situação que estamos.

É evidente que também há aqui uma questão que eu não gostaria de chamar de contabilista, mas uma questão de gestão que não deixa de ser importante.

O Sr. Vice-Presidente estará certamente lembrado de uma intervenção que a Representação Parlamentar do PCP fez aqui no dia 19 de junho de 2013...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Nunca mais o elogio numa intervenção. Mesmo que repita 50 vezes nunca mais o elogio!

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

O Orador: Eu não repito 50 vezes, porque não tenho hipóteses de o fazer, Sr. Vice-Presidente.

A verdade é esta. Vamos clarificar uma questão:

À Representação Parlamentar do PCP não pode ser assacada a responsabilidade de utilizar as questões da dívida da saúde como uma arma de arremesso político. Nunca o fez!

Nesse dia, no dia 13 de junho de 2013, tivemos oportunidade de fazer uma análise aos problemas das contas da saúde. Julgo que, designadamente os partidos da oposição, que também se preocupam com certeza com estas coisas, não deixaram de referir positivamente, embora não publicamente, a intervenção que foi feita, porque a análise que fazia tinha a ver sobretudo com o seguinte:

Fez-se a demonstração – e eu não vou repetir isso – de que os Hospitais de Ponta Delgada, Angra e Horta tinham vindo a diminuir, até ao limite do possível, a sua despesa, mas entretanto o endividamento continuava a crescer.

De onde é que decorria esse endividamento?

Dos encargos com a dívida.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Já não é!

O Orador: Já sei, Sr. Vice-Presidente. Segundo as suas palavras esse problema está resolvido. E ainda bem!

Posso então afirmar que aquele contributo que dei aqui, no dia 13 de junho, deu uma ajuda para a resolução do problema. De facto, o grande problema nessa altura dos Hospitais EPE tinha a ver com os encargos da dívida.

Na altura tive oportunidade de fazer essa demonstração. Aliás, lembro até que enumerei um conjunto de contratos com a banca, com SPREADs que vinham constantemente a crescer, designadamente dos EPE e da SAUDAÇOR. Essa era a grande questão.

Eu fico satisfeito que o Sr. Vice-Presidente (e eu não tenho razão nenhuma para duvidar) tenha afirmado que esse problema está em vias de resolução ou está resolvido. Ótimo.

Mas a verdade é esta, Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): As contas estão a ser feitas!

O Orador: Ainda bem que essa questão está a ser resolvida, mas agora há aqui a questão que subsiste relativamente à iniciativa que o CDS-PP nos propõe. Aquilo que o CDS nos propõe é uma recomendação ao Governo para que pague a fornecedores.

Se me permite, Sr. Vice-Presidente, gostaria de dizer o seguinte:

Eu percebo que é importante que a República e os subsistemas de saúde paguem aquilo que devem à Região, mas julgo, Sr. Vice-Presidente, que não nos ficará bem, designadamente ao Sr. Vice-Presidente, desculpar-se com o facto de que não paga, porque lhe devem.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Penso que terá que ir um pouco mais além, Sr. Vice-Presidente. Essa desculpa...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): É desculpa de mau pagador!

O Orador: ... de que não pagamos porque nos devem, essa argumentação do Sr. Vice-Presidente, não pode de maneira nenhuma fazer escola na Região, sob

pena de que nós só pagamos, ou as empresas só pagam, se pagarem aquilo que lhes devem. Portanto, não pode fazer escola, Sr. Vice-Presidente.

Penso que é necessário ir mais além do que apenas utilizar a argumentação de que é necessário, para pagar a dívida a fornecedores, exigir que nos paguem aquilo que nos é devido.

Julgo que é preciso ir mais além e é nesse sentido que julgo que esta proposta do CDS-PP deve ser aceite.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Sr. Vice-Presidente do Governo:

A nossa intenção ao apresentar esta resolução é que o Governo pague aos fornecedores aos quais comprou bens e serviços.

Sr. Deputado José San-Bento e Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral:

Efetivamente há uns adjetivos que entraram no léxico do Governo Regional e do Partido Socialista, que são cortar e racionalizar, coisa que não se ouvia há alguns anos...

Deputado José San-Bento (PS): Está enganado!

O Orador: ... sobretudo cortar, racionalizar.

O Sr. Deputado José San-Bento lembrar-se-á de alguns debates que aqui tivemos – não tanto o Deputado Ricardo Cabral, porque não estava cá – sobre essas matérias.

Mas olhe – infelizmente! – o 247 e o 365, Sr. Deputado...

Isto é que é cortar e racionalizar, Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral? Cortar no apoio à deslocação dos doentes oncológicos que têm direito por lei à deslocação? Isso é que é racionalizar e cortar, Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral?

A notícia está no jornal, não é minha.

Racionalizar, Sr. Deputado, é recusar companheiro ou companhia a um doente que está internado e é transferido para o internamento noutra hospital e que tem direito a acompanhante? Isto é que é racionalizar, Sr. Deputado Viveiros Cabral?

É este tipo de cortar e de racionalizar que o senhor quer?

É cortar no direito dos doentes, no direito das pessoas?

É o estado social que o senhor defende? É essa saúde que o senhor defendia há três anos, como um sistema público? É, Sr. Deputado Viveiros Cabral?

Ou é um sistema como defende atualmente o Sr. Secretário da Saúde de financiamento *per capita* da saúde em que o financiamento do Serviço Regional de Saúde passará a ser *per capita*? É isso que o senhor defende hoje em dia, Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral? É isso que o senhor tem que explicar.

Se é isso, estamos entendidos sobre o tal sistema público, universal e gratuito que os senhores aqui propagandeavam e hoje negam, Sr. Deputado José San-Bento.

Sr. Deputado José San-Bento, vou dizer-lhe uma coisa.

Deputado José San-Bento (PS): Diga, diga que eu ouço!

O Orador: Vai ouvir com certeza.

Em 96 o senhor já era socialista.

Deputado José San-Bento (PS): Quase nasci socialista!

O Orador: Quase nasceu socialista.

O senhor em 96 já era socialista e grande parte das pessoas que aqui estão, fora aqueles que se mudaram e foram para aí.

Mas quem era socialista em 96, continua a ser socialista hoje em dia e esse é felizmente o seu caso, Sr. Deputado José San-Bento.

Vou dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado: “mudam-se os tempos, mudam-se as vontades.”

Deputado José San-Bento (PS): Já lhe disse qual era a minha visão!

O Orador: Sr. Deputado, quer dar-me licença?

O Projeto de Resolução que apresento aqui hoje é rigorosamente igual a um Projeto de Resolução que foi apresentado nesta Casa, pelo CDS também, em 22 de maio de 96.

Deputado José San-Bento (PS): Para?

O Orador: É igual. O objetivo é igual.

Reclamava-se àqueles senhores do PSD que pagassem as dívidas aos fornecedores. É exatamente igual. Foi copiado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Os montantes eram diferentes!

O Orador: Um e o outro, Sr. Deputado! É de 22 de maio de 96!

Não sei se o Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral na altura já era socialista e se defendia e comungava destes princípios.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Sim!

O Orador: Eu sei, Sr. Deputado. Era isso mesmo que queria que o senhor dissesse: sim! Porque na altura, e o senhor não vai negar, eram aqueles que eram os princípios do seu partido.

O seu partido, na altura dizia o seguinte sobre este mesmo Projeto de Resolução que era para o Governo da altura pagar. Vou citar, Sr. Deputado:

“O Partido Socialista aprovou esta recomendação,...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não almoçou hoje?

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento, quer ouvir isto com seriedade?

Eu não estou a brincar!

Deputado José San-Bento (PS): Nem eu estou!

O Orador: É que há hospitais que neste momento podem ficar sem fornecimento de hemodiálise. O senhor sabe?

Então vamos com seriedade ouvir o que eu vou dizer, se faz favor.

Dizia o Partido Socialista sobre o mesmo assunto, relativamente à dívida dos hospitais do Governo do PSD, em 96 (os senhores estavam em campanha eleitoral para ganhar as eleições):...

Deputado Francisco Coelho (PS): E ganhámos!

O Orador: “O Partido Socialista aprovou esta recomendação, com o entendimento de que este é um aviso sério para que no futuro qualquer que seja

o partido que venha a governar esta Região respeite os agentes económicos, pagando-lhes a tempo e horas, como é dever de todas as pessoas de bem”.

Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral, posso fazer chegar a si cópia do Diário das Sessões e ao Sr. Deputado José San-Bento.

Os senhores mudaram de ideias como socialistas?

Continuam socialistas, continuam fiéis aos mesmos princípios,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está a cometer uma incorreção!

O Orador: ... então continuam fiéis a aprovar que se pague a tempo e horas.

Sr. Deputado José San-Bento, a si não tenho mais nada para lhe dizer.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quem é que é socialista aqui?

O Orador: Eram exatamente os mesmos. Aliás, se tiver o cuidado de ir ler, Sr. Deputado José San-Bento, há coisas que são engraçadas e esta é tirada a tira linhas. É curiosamente, mas é tirada a tira linhas. São exatamente os mesmos problemas: os subsistemas com as Caixas, com a ADSE.

O senhor vai ler, se tiver paciência (é de 22 de maio de 96), e vai ver. É exatamente o mesmo problema.

Agora, o Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral naturalmente que vai ter que fazer aqui alguma aproximação àquelas que são as teses do seu partido.

Sr. Deputado José San-Bento, permita-me só que lhe corrija mais uma coisa: é que o senhor incorre numa incorreção. Não vou chegar ao ponto de dizer que o senhor mentiu, como disse ali relativamente ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado José San-Bento (PS): E mentiu!

O Orador: Mas vou dizer que o senhor foi incorreto na sua afirmação.

Deputado José San-Bento (PS): Não disse que era mentiroso, mas mentiu!

O Orador: O Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral também foi incorreto na sua afirmação.

Não foram corretos na afirmação que fizeram!

Sabe por quê?

Porque quem deve dinheiro (e há dívidas!) ao Serviço Regional de Saúde não é o Governo da República. São os subsistemas!

Deputado José San-Bento (PS): Quem é que alterou?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E a ADSE é o quê?!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, estava a poupá-lo, mas o senhor também foi incorreto nessa matéria.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Porquê?

Deputado Bruno Belo (PSD): Se tinha estado calado não tinha ouvido esta!

O Orador: Porque o senhor também disse que era o Governo da República e não é.

É a ADSE, é a ADME, é a SAD-PSP! São vários! São os militares,...

Deputado André Bradford (PS): E quem manda nisso tudo não é o Governo da República?

O Orador: ... é o Ministério da Justiça. São todos os subsistemas, e são vários.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O Ministério da Justiça é de onde? É do Governo de Sócrates?

Deputado Francisco César (PS): Não é só o Governo Regional que deve!

O Orador: Portanto, não é só o Governo da República, para ser rigoroso na afirmação, pese embora algumas “epifanias pós-prandeais” que dá aqui a alguns. Não é só o Governo da República, Sr. Vice-Presidente!

Deputado André Bradford (PS): Não é! São tudo entidades autónomas!!!

O Orador: Aqui, efetivamente Sr. Deputado André Bradford, é o Governo Regional que deve.

É! É o Governo Regional que deve!

Deputado André Bradford (PS): Chamam-se Hospitais EPE!

O Orador: Exatamente, criados ali pelo Sr. Deputado Domingos Cunha quando era Secretário Regional da Saúde.

Deputado Domingos Cunha (PS): Com muito gosto!

O Orador: Com muito gosto, sim senhor.

O Sr. Deputado Domingos Cunha, que tem boa memória (é um homem de boa memória, de São Jorge, gosta de queijo mas não lhe afetou a memória), sabe o que é que eu lhe disse aqui nesta altura.

Aprovávamos os EPE desde que fosse para melhorar o Serviço Regional de Saúde, se fosse para ter em dia o pagamento a fornecedores. É só ir buscar o diário, que também tenho-o aqui.

O senhor também concordou dali que seria esse o objetivo.

Infelizmente não foi, mas quem tem 100% disso é o Governo Regional.

Os subsistemas, como sabemos, saem-nos do bolso, infelizmente.

A ADSE bem que me está a sair do bolso. O Governo da República (aí sim, Sr. Vice-Presidente, dou-lhe razão) bem que tem tirado a quem desconta para a ADSE.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O senhor desconta é para a ADSE regional!

O Orador: A ADSE é regional?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Eu já lhe explico isso!

O Orador: Era bom que me explicasse, porque há doentes que também estão interessados em saber a diferença. Querem deslocações e a ADSE regional diz que não é. Não é da nacional, não é da regional.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quem são? Trabalham onde?

O Orador: Eu depois vou explicar-lhe quem é. Vamos explicar-lhe isso tudo.

Era bom que explicasse a um destes doentes que lhe foi recusado o acompanhamento também.

Mas termino, Sr. Vice-Presidente, depois da explicação desta posição do Partido Socialista há 18 anos, dizendo que repensem, que sejam coerentes e mantenham o velho espírito socialista da justiça, de pagar a tempo e a horas, que tanto aplicavam para aquele senhor.

Termino dizendo que continuamos disponíveis para estabelecer aqui um diálogo para chegarmos a entendimento, para que se possa ajuizar este processo o mais rapidamente possível para que se possa começar a pagar aos fornecedores.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Eu começava no ponto que o Sr. Deputado Artur Lima acabou.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Já se arrependeu de pôr a nota no GaCS!

O Orador: É essencial que nestas matérias possamos todos chegar a um entendimento.

O entendimento faz-se reforçando e valorizando aquilo que podemos chegar a consenso e não empolando aquilo que podemos ter opiniões diferentes.

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): O importante é pagar, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Se me permitem, dois aspetos que são essenciais:

Eu recordo-me bem dessa recomendação e resolução de 96. Penso que todos os açorianos recordarão (tenho a certeza e a convicção!) de que os Governos do Partido Socialista cumpriram à letra essa mesma recomendação.

Aquilo que recomendavam na oposição, foi exatamente aquilo que fizeram quando passaram para o Governo. Basta falar com todos os empresários e com todas as empresas da Região.

Deputado Luís Garcia (*PSD*): Então por que é que deixou de fazer?

O Orador: Segundo aspeto que considero essencial:

Há um entendimento aqui que todos temos que ter: os serviços de ação social do Ministério das Finanças não são do Governo da República, mas os Hospitais EPE são do Governo Regional. Também não me parece que seja uma boa abordagem sobre esta matéria.

Ou seja, o Ministério da Justiça, o Ministério da Administração Interna são do Governo da República...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Uma coisa é uma empresa, outra coisa é um subsistema!

O Orador: ... como os hospitais são do Governo Regional. É tão certo como isso.

Nós não retiramos responsabilidades, mas também não permitimos que os outros retirem responsabilidades.

Vamos àquilo que é mais importante nesta matéria:

Efetivamente há um percurso aqui feito de forma bastante significativa: conseguimos ou não, em 2013, como nos tínhamos comprometido, a equilibrar os resultados dos hospitais, combatendo e anulando prejuízos que eram característica dos resultados operacionais dos anos anteriores?

Sim!

Aumentámos ou não de forma significativa as transferências para o Serviço Regional de Saúde?

Sim!

Tendo estas duas questões resolvidas vamos concentrar-nos na resolução do problema que falta e tem que ser resolvido.

O importante é que aquilo que for uma posição que possa ir ao encontro da resolução desse problema, não omitindo a causa desse problema,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma das causas!

O Orador: Uma das causas!

... mas identificando-se todas as soluções para o mesmo, da parte do Governo serão bem-vindos esses contributos de forma a que possamos encontrar aqui essa mesma solução consensual, ou que possa ser partilhada também pelo Governo.

O Governo apoiará qualquer decisão que reflita essa mesma realidade e essa mesma intenção que é partilhada. Penso que de forma clara e concisa, o seu enquadramento foi aqui feito pela nossa parte.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente:

Acho que não vale a pena estarmos aqui com questões de dialética sobre de quem são os subsistemas e de quem são os Hospitais EPE. Julgo que neste momento é o menos relevante para a questão.

Sr. Vice-Presidente, acho que devemos identificar não só uma causa, mas as causas, ou uma das causas e todas as causas.

Sra. Presidente, solicito um intervalo regimental de meia hora, para fazer uma proposta de alteração à nossa Resolução, para ver se é possível chegarmos aqui a um entendimento. Farei chegar à Mesa dentro em breve.

Presidente: É regimental. Regressamos às 16 horas.

Eram 15 horas e 36 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 07 minutos.

A Mesa não tem de momento inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente:

Demos entrada de uma proposta de alteração, que já foi distribuída pelos Grupos e Representações Parlamentares, que julgo que é bastante aberta, bastante consensual e que pode merecer o apoio unânime desta Assembleia.

O que afinal interessa é que se desenvolvam as diligências para se pagar aos fornecedores do Serviço Regional de Saúde, indo buscar obviamente (e aqui introduzimos também um ponto um e um ponto dois) a todas as entidades que são devedoras.

O Governo Regional deve envidar esforços nesse sentido e que seja objetivo principal e prioritário a criação de condições para que o Serviço Regional de Saúde possa regularizar, nos termos e nos prazos acordados, os créditos aos seus fornecedores (no ponto número dois).

Parece-me que nenhum Grupo ou Representação Parlamentar terá alguma coisa a opor a isto.

Acho que tem condições de merecer o apoio de todos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Ricardo Cabral tem a palavra.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Exma. Senhora Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Depois de ler as alterações do Projeto de Resolução do CDS-PP, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista esteve a refletir e a estudar a sua posição.

Mas antes disso queria lembrar a todas as pessoas, sobretudo aos açorianos e às açorianas, que a saúde na Região Autónoma dos Açores não é uma catástrofe, como já foi dito esta tarde no Parlamento.

Ao longo destes últimos anos construímos infraestruturas do melhor do país, como o Hospital da Terceira, o Hospital de Ponta Delgada, o Bloco C da Horta,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): O Hospital de Ponta Delgada?!

O Orador: ... o Centro de Saúde da Graciosa e dentro de algum tempo o Centro da Saúde da Madalena.

Ao longo destes últimos anos aumentámos substancialmente as consultas e os meios auxiliares. Isso tem custos e é necessário haver alguma folga no orçamento para acompanhar essa evolução positiva da saúde da Região Autónoma dos Açores.

A razão dessas dívidas já foi referida esta tarde. Há instituições nacionais que se esqueceram que têm que mandar...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Paciência! E os outros 95%, Sr. Deputado?!

O Orador: Já chegámos à conclusão que essas contas não foram bem-feitas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não! Não lhe dão jeito!

O Orador: E essa percentagem também não!

Mas se me deixar acabar, queria sublinhar que o Governo Regional dos Açores, nos últimos anos, tem feito um grande esforço.

Se analisarmos o Plano e o Orçamento, nos últimos anos tem havido uma evolução e um aumento das verbas para a saúde da Região Autónoma dos Açores.

Em 2013, o Governo Regional dos Açores fez um esforço de 31 milhões de euros para equilibrar e mitigar as dívidas em curso.

Estamos convencidos que o Governo Regional encontrará certamente soluções para efetuar esses pagamentos aos seus fornecedores nos prazos acordados e estabelecidos.

Com esta nova Resolução achamos que esta necessidade e esta preocupação, como eu disse na minha primeira intervenção, é um problema real, a dívida aos fornecedores. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai aprovar este Projeto de Resolução.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Ao longo deste debate gostaria de registar a introdução desta proposta de alteração.

Esta proposta de alteração corresponde, no seu conteúdo, à abordagem que tivemos oportunidade de fazer, e que o Governo teve a oportunidade de fazer, no início deste debate.

Assim, colocando e identificando o problema, nos termos e na forma que corresponde à visão que o Governo tem também sobre este problema, as soluções apontadas correspondem também às soluções que o Governo apresentou aqui no início deste debate.

Nesse sentido, a conjugação de concretização daquilo que eu referi há pouco, de que é fundamental focarmo-nos naquilo que pode gerar consenso e não nas questões por vezes acessórias que criam divergências, leva a que esta proposta de alteração à Resolução crie, no seu conteúdo, um conteúdo que na nossa opinião tem o apoio do Governo e que deve ter o apoio desta Assembleia.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente:

O PPM apoia estas alterações que foram agora anunciadas e apresentadas pelo CDS-PP.

Consideramos que mantêm o texto inicial e também em termos de contextualização correspondem àquelas que são as preocupações do Governo Regional.

Nesse sentido penso que estão assegurados aqueles que são os princípios que o CDS definiu e que quer alcançar nesta matéria, que o PPM partilha, e também o contexto que o Governo considera essencial para desenvolver a sua ação política nesta matéria.

Portanto, nós vamos votar a favor.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Não havendo, penso que podemos passar à votação deste Projeto de Resolução.

A votação será feita também nos termos do artigo 145.º, uma vez que foi entregue uma proposta de alteração aos termos resolutivos do Projeto de Resolução.

Vamos então votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução foi aprovado, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para o debate e votação na especialidade.

Vou colocar à votação cada um dos três pontos resolutivos deste Projeto de Resolução que estão incluídos na proposta de alteração entregue à Mesa.

Está à votação o ponto um.

Não havendo inscrições vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Ponto dois.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Ponto três.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global, o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito bem, vamos avançar com os nossos trabalhos, nomeadamente para o ponto treze da Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 70/X – “Recomenda ao Governo Regional o não financiamento público ao Colégio de São Francisco, em Angra do Heroísmo”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente:

Temos notícia da intenção pública dos promotores do Colégio de São Francisco em apresentar uma candidatura a apoios públicos, mais precisamente à comparticipação de propinas que serão cobradas aos alunos.

Apesar do Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura ter assumido que este colégio não receberá qualquer tipo de apoio, a Representação Parlamentar do BE pretende com esta iniciativa conhecer o posicionamento desta

Assembleia e entendemos que esse posicionamento tem caráter urgente, pois já foi anunciada publicamente a abertura de inscrições no Colégio de São Francisco.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O PPM vai votar de forma favorável esta urgência. Consideramos que é urgente debater este assunto, é urgente que se faça aqui o debate político em relação a esta questão, porque é sempre urgente debater propostas arbitrárias.

É sempre urgente debater propostas cujo conteúdo podemos classificar como uma espécie de inquisição, de “santa inquisição vermelha”, que se dirige não a defender um conjunto de ideias em relação ao sistema educativo, mas uma perseguição absolutamente arbitrária, uma espécie de perseguição a bruxas e a não crentes.

Meus senhores, qual é o crime desta proposta? Como aqui o proponente faz questão de salientar, este colégio tem a colaboração de uma Associação para a Ciência e Desenvolvimento dos Açores e do Colégio de São Tomás, de orientação Jesuíta.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Novo Marquês de Pombal!

O Orador: Portanto, o Sr. Deputado Paulo Mendes é aqui uma espécie de chipre do Marquês de Pombal e ficou absolutamente perturbado com a colaboração no Projeto, mas depois não tem.

É urgente debater esta questão Sra. Presidente,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... porque quero saber se este Parlamento, por parte do BE, tem que ser colocado na posição do algoz que persegue arbitrariamente uma instituição...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e um conjunto de pessoas que querem desenvolver um projeto, ou se este Parlamento deve debater questões que são sistémicas e que se deve fazer cumprir a lei.

O Sr. Deputado Paulo Mendes diz: “Não, não. Não se aplique a lei nem os princípios. Não interessa qual é o enquadramento legal atual da Região, quem é que já beneficiou, quem vai beneficiar. O que queremos é que a esta instituição não se aplique a lei e os parâmetros que estão definidos para todos os outros”.

Presidente: Sr. Deputado a urgência!... Sr. Deputado a urgência!

O Orador: Portanto, é urgente. Eu estou mortinho por debater este Projeto de Resolução.

(Risos dos Deputados da câmara)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu fiquei embasbacado com esta proposta do BE e acho que é extremamente urgente discuti-la.

Pela primeira vez, e talvez seja inexperiência minha, vejo um órgão legislativo, que produz uma lei, propor ao órgão executivo que não cumpra a lei que ele próprio elaborou.

Eu estou muito baralhado e acho que é urgente discutirmos isto, porque está em vigor, creio eu, o Decreto Legislativo Regional n.º 26/2005/A, de 4 de novembro, alterado pelo Decreto Legislativo n.º 11/2013/A, de 22 de agosto.

O Decreto Legislativo n.º 26/2005/A, foi aprovado por unanimidade nesta câmara...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O PCP votou contra!

O Orador: Desculpe, o PCP votou contra, é verdade.

... e a alteração já proposta por este Governo foi aprovada com um voto contra do PCP e a abstenção do BE.

É incrível que, por acaso, o Sr. Secretário Regional tenha insinuado que este Decreto Legislativo não seria aplicado.

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Portanto, é urgente discutirmos isto. Trata-se de algo que é deveras de um fascismo de esquerda que não se pode admitir.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): O fascismo não é de esquerda! Atenção!

O Orador: É urgente discutirmos isto.

(Aplausos dos Deputados Artur Lima e Paulo Estevão)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente:

Duas notas prévias:

Primeiro, isto não tem nenhuma conotação vermelha, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Depois, fascismo de esquerda também não me parece que seja o termo adequado.

Mas o PCP também vai aprovar esta urgência.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Vai aprovar esta urgência por quê?

Porque o BE está hoje aqui a inaugurar um novo estilo de iniciativa legislativa, que eu podia sintetizar como “tiro ao alvo”. “Tiro ao alvo!”

Portanto, ele é para abater e vamos inaugurar então este debate.

É bom que nos lembremos do seguinte: há de facto um quadro legislativo que foi aprovado por esta Assembleia...

Presidente: Srs. Deputados queria só recordar...

O Orador: ... que tem que ser cumprido e V. Exa. absteve-se. Nem sequer votou contra.

A única força política que votou contra a aprovação daquele diploma foi o PCP.
Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente:

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não aprova a urgência?

A Oradora: A gente já conversa.

O BE traz aqui uma urgência que no mínimo nos parece um pouco estranha, uma vez que, como já foi dito, é de tal forma específica e nominal que por isso mesmo é estranha. Não evoca qualquer outra coisa a não ser um panfleto que foi distribuído, julgo que na Ilha Terceira, e que foi aqui distribuído nesta Casa, que não passa de uma intenção. Nada mais sabemos.

Mas já que muito foi dito sobre “tiro ao alvo” e não querendo correr o risco de provocar um ataque cardíaco ou a morte do Deputado Paulo Estêvão, o Grupo Parlamentar vai aprovar a urgência e debater o diploma.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito agradecido, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Judite Parreira tem a palavra.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente:

O PSD está em condições de demonstrar a sua opinião acerca deste assunto neste momento e considera também que é uma coisa que tem que ser resolvida já.

Portanto, vamos votar favoravelmente a urgência.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos então passar à votação da urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tendo sido aprovado vamos então passar à apresentação deste Projeto de Resolução.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente:

Ao contrário do que foi aqui dito, para já confesso que nem sou Ateu. Portanto não é por aí.

Aquilo que está em causa é a defesa da escola pública e além disso nada temos contra a iniciativa privada, até mesmo no que diz respeito à educação.

Aliás, a nossa Representação Parlamentar fez um conjunto de propostas de alteração ao Estatuto do Ensino Privado Cooperativo e Solidário e fomos muito claros naquilo que pretendíamos. Até concebemos a possibilidade de se fazer investimento privado no que diz respeito à educação, através da criação de escolas privadas, sem fins lucrativos, em locais onde a rede pública de ensino não satisfaça as necessidades e logo que tal investimento não resulte num custo superior àquele que seria realizado pelo investimento público.

Portanto, temos aqui todas as condições para quem até defende que a escola privada é mais barata do que a escola pública possa provar.

O Colégio de São Francisco, mesmo sem carácter lucrativo, duplicará a oferta formativa no 3.º ciclo e ensino secundário, pois a escola pública garante esses mesmos níveis de ensino.

A comparticipação de propinas em escolas privadas que duplicam a oferta relativamente às escolas públicas não é mais do que um “cheque ensino”.

Portanto, vindo do PSD, do CDS-PP e até do PPM, não seria de admirar. Não estou surpreendido que sejam a favor do “cheque ensino”, mesmo que encapotado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Promotores do “cheque ensino”!

O Orador: Agora, da parte do PS espero que recuem relativamente a esta opção e que não aprovem aqui na Região formas encapotadas do “cheque ensino”.

Deputado André Bradford (PS): É alterar a lei!

O Orador: Espero que isso não venha a acontecer.

Deputado André Bradford (PS): Se quer alterar a lei, apresente uma proposta!

O Orador: Aliás, já aconteceu no caso do Colégio do Castanheiro promovido pela Tretapi, em que os alunos recebem uma comparticipação na própria propina.

Se não podemos chamar a isso “cheque ensino”, o que é que podemos chamar?

Deputado Francisco César (PS): E as creches?

O Orador: As creches, na maior parte das vezes, não têm uma oferta pública.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, têm, têm!

O Orador: A anuência do PS, da comparticipação de propinas, em pelo menos uma escola privada na Região, tal como eu já referi, é mais um sinal de indistinção entre PS, PSD e CDS-PP.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Félix Rodrigues.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que está aqui proposto pelo Bloco de Esquerda não é uma questão filosófica do ensino.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É perseguição!

O Orador: O que está aqui proposto pelo Bloco de Esquerda é não financiar o Colégio de São Francisco em Angra do Heroísmo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O que está aqui a ser discutido é que os senhores não querem que se aplique a lei.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A este!

O Orador: A este colégio específico.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E não aos outros! É a este!

O Orador: Sendo a lei aplicável e havendo estabelecimentos privados nos Açores (e não vamos discutir aqui se o ensino público ou privado é melhor ou pior), o que estamos aqui a falar é da legalidade da aplicação da lei de forma equitativa a todos.

Portanto, é incompreensível que de forma setária se aponte para uma instituição. Desculpe que lhe diga, mas é persecutório uma vez que só indica o Colégio de São Francisco, em Angra do Heroísmo. Por que é que não indica outros colégios privados que existem também na Terceira e em São Miguel?

Portanto, o que os senhores querem é que não se aplique a lei para um caso muito concreto. A lei é para todos!

Eu não sei se o Bloco de Esquerda defende que para cada caso se faça uma lei diferente.

Portanto, nem o Sr. Secretário, nem o senhor, têm direito de dizer que não se aplique a lei a este caso. O que o senhor tem direito é a apresentar uma proposta de alteração da lei.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: Mais do que isso, não pode fazer.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente:

Queria começar por uma declaração de princípio relativamente à posição do PCP sobre a matéria genérica do apoio ao ensino privado.

A Representação Parlamentar do PCP (o PCP!) considera sobre esta matéria o seguinte:

A atividade privada na área do ensino pode e deve ser apoiada pelo Estado ou pela Região no caso em que ela assuma um carácter supletivo. Ou seja, quando não há oferta de ensino público e uma instituição privada está a prestar um serviço que incumbe, em primeira instância ao Estado.

Esta é a posição de princípio e foi esta posição de princípio que nos levou a votar contra a iniciativa que já nesta legislatura nos foi apresentada e aqui foi discutida. Relativamente a isto estamos perfeitamente claros.

Agora, não posso, independentemente do facto desta instituição a que o Bloco se refere não ter este carácter supletivo, de maneira nenhuma (o PCP não pode de maneira nenhuma) dar apoio a esta iniciativa, exatamente porque ela recomenda ao Governo que não cumpra a lei.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

O Orador: Eu por acaso não a aprovei, mas está aprovada.

Quando eu lhe disse há pouco que tinha inaugurado um novo estilo, que era o do “tiro ao alvo”, aqui só há uma possibilidade, que é V. Exa. propor uma iniciativa no sentido de alterar o Regime Jurídico de Apoio ao Ensino Privado e Cooperativo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é isso que estamos a discutir!

Deputado André Bradford (PS): Absteve-se!

O Orador: Mas como se absteve naquele que existe atualmente, não sei.

Agora propor que aquele e não outro, ou todos, não seja objeto de apoio, não me parece apropriado.

Portanto, não posso de maneira nenhuma, independentemente até de comungar com os princípios, dar aval a esta iniciativa do Bloco de Esquerda, porque é dirigida, é direcionada e recomenda que não se cumpra a lei.

Portanto, não posso! Apesar de eu não concordar com a lei.

Se eu não concordo tenho um instrumento, que é propor a sua alteração, assim como V. Exa. tem essa oportunidade ao seu dispor.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente:

Já bastante foi dito pelas outras bancadas relativamente à parte resolutiva deste Projeto de Resolução que traz aqui o Bloco.

Efetivamente não faz sentido nenhum que venha cá de uma forma nominal, específica, pedir que recomendemos o vetar de apoio financeiro a uma determinada instituição, só porque o Bloco de Esquerda acha que não deve ter.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Exatamente!

A Oradora: Há uma série de dispositivos legais que qualquer empresa, qualquer associação pode concorrer, mesmo dentro do regime jurídico que regula o Ensino Particular Solidário e Cooperativo, que, há pouco, já nesta legislatura, tivemos oportunidade de alterar. Há várias modalidades de contrato, há várias modalidades de financiamento, há requisitos variados.

Não é de todo plausível, nem sensato, que, estando o dispositivo legal existente ao dispor de qualquer instituição, associação ou particular que queira ter essa iniciativa de negócio ou de apoio, possamos pura e simplesmente vetar-lhe este acesso...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

A Orador: ... sem sequer sabermos as intenções, se já há candidatura, se não há candidatura, em que modos vai ser, a que contratos se propõe.

O senhor falou em “cheque ensino”. Deixe-me dizer-lhe que no meu entendimento, e no entendimento do PS, um “cheque ensino” pressupõe um desinvestimento na escola pública. Isso não está em causa nos Açores.

O senhor não está a ver faltar, não está a ver no Plano e no Orçamento ou em qualquer outro sítio, desinvestimento na escola pública nos Açores.

A escola pública não está a ser “beliscada” nos Açores, nem em termos de corpo docente, nem em termos de infraestruturas, nem em termos de materiais. Pelo contrário, não se assiste a um desinvestimento, nem um abaixamento como se assiste noutras partes do país.

Vir aqui dizer que agora estamos aqui nada mais do que a fazer um “cheque ensino” é demagógico da sua parte.

Vir dizer que duplicará... Qual é a informação que o senhor tem relativamente às inscrições que vão ser feitas nesse colégio? Nem sabemos quantos alunos se vão inscrever, se é uma viabilidade ou não!

Não faz sentido nenhum! Isso é persecutório!

O Bloco, que não gosta de ser persecutório, está a ser absolutamente persecutório numa associação específica.

Com este intuito e sem qualquer outra justificação, isto não poderá nunca ter o apoio do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em boa hora esta câmara está a discutir esta iniciativa do Bloco de Esquerda. O que estamos aqui verdadeiramente a discutir hoje é a liberdade, a liberdade de pensamento.

O Bloco de Esquerda, em relação a esta matéria, não apresenta neste Projeto de Resolução qualquer crítica ao projeto pedagógico deste colégio. Não vejo!

Há uma que está aqui e que é evidente: “O Colégio de São Tomás, de orientação Jesuíta”.

Não é essa a designação do colégio, mas o Bloco de Esquerda faz questão de afirmar que aquela é a orientação religiosa daquela instituição. Aquela é a ligação que existe. Aqui é que está o grande pecado!

V. Exa. (e o Bloco de Esquerda!) mete-se num terreno que é um pântano, porque não agindo onde devia agir, que é na lei, de forma abstrata – é isso que este Parlamento deve fazer -, V. Exa. só tem um critério, o critério político.

V. Exa. quer, em relação a este projeto, censurar politicamente este projeto, porque ele tem uma determinada configuração do ponto de vista da proximidade das instituições a determinado nível (e porque não vamos dizê-lo aqui?), porque é católico.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E o Deputado Paulo Estêvão também é ateu!

O Orador: É um colégio que terá uma orientação católica.

V. Exa. o que faz aqui é regressar ao tempo da perseguição política sobre os processos e sobre os projetos de escolas.

Onde é que está aqui qualquer fundamentação da questão pedagógica?

Nenhuma!

Tem aqui alguma fundamentação que lhe diga: bom, nós não queremos isto, porque este projeto não cumpre a lei ou não cumpre os requisitos da lei?

Também não!

Não tem um critério nem do ponto de vista legal, não tem um critério pedagógico.

O que é que o senhor tem?

Um critério absolutamente arbitrário de perseguição política a este projeto.

Esta é uma das iniciativas que esta câmara não pode deixar passar, porque este local é um local da liberdade. Temos que assegurar aqui a liberdade de culto, a liberdade de orientação e de escolha religiosa ou política, Sr. Deputado.

Este seu projeto não tem outra coisa a não ser – e devia estar aqui – censura política, censura religiosa. É isso que o Bloco de Esquerda aqui nos traz, com uma questão absolutamente arbitrária e absolutamente inaceitável.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E é ateu, o Sr. Deputado!

O Orador: Porque o senhor agora não gosta de um outro projeto que tem uma orientação franciscana, em São Miguel, então não altera a lei. Traz aqui um outro projeto: “eu sou contra o Colégio de São Francisco, que tem orientação franciscana”!

O senhor não gosta. Portanto, apresenta a este Parlamento uma apreciação política.

Regressávamos aos tempos da censura política, em que os projetos eram criticados.

Não!

Não, no contexto da lei! Não, no contexto pedagógico! Mas única e exclusivamente por questões políticas, por questões de censura política e por questões de perseguição religiosa, que é esse baú que o Bloco de Esquerda está aqui a abrir hoje novamente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas o senhor devia estar a apoiar!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Judite Parreira tem a palavra.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Colégio de São Francisco surge um pouco como forma de dar resposta ao Colégio de Santa Clara.

Como toda a gente sabe, o Colégio de Santa Clara leciona apenas até ao 2.º ciclo. É um colégio particular.

Portanto, este colégio surge como forma de dar continuidade, no caso das pessoas quererem, a esse ensino particular, lecionando também o 3.º ciclo e o secundário.

O Sr. Deputado Paulo Mendes não estava cá há um ano, mas naturalmente saberá que o Bloco de Esquerda apresentou uma proposta no sentido de alterar a legislação em vigor para o Ensino Particular, Cooperativo e Solidário, para que restringisse o financiamento apenas aos locais onde a rede pública não tivesse capacidade de resposta e houvesse a necessidade de efetivamente haver o ensino particular.

Essa proposta de alteração foi chumbada.

O PSD votou contra e numa lógica de coerência terá que fazer a mesma coisa.

Só que o que o Sr. Deputado Paulo Mendes quer agora é mais do que isso. Não nos traz uma proposta de alteração à lei. O que o senhor quer é que não se cumpra a lei.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sr. Deputado Paulo Mendes, nós não podemos fazer uma coisa destas. Isto é uma Casa séria, onde se produzem leis, não é para depois estarmos aqui a agir contra essas mesmas leis.

Deputados João Bruto da Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: O que o senhor pode fazer é trazer uma nova proposta de alteração e depois será decidida aqui.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E a gente chumba!

A Oradora: O que o PSD considera é que todo o aluno, Sr. Deputado, tem um custo, quer esteja no ensino público, quer no ensino particular.

Para que se cumpra com o princípio da equidade, o custo desse aluno tem que ser suportado pelo Orçamento da Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aprenda!

A Oradora: Cabe aos pais decidirem livremente, porque nós vivemos em democracia.

Os pais têm que poder decidir livremente se querem que os seus filhos frequentem o ensino público, se o ensino privado.

Andamos por aqui a comemorar o 25 de Abril, a fazer votos, mas depois não agimos em conformidade com isso. Não é?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Tem que ser assim, Sr. Deputado.

Quanto ao Colégio de São Francisco, o senhor também refere aqui, ainda que subtilmente, nas entrelinhas, o facto de ser de cariz religioso.

É um colégio particular!

Defendemos que o ensino público tem que ser laico. Agora, o ensino particular cabe aos pais decidirem se querem que os seus filhos frequentem ou não, em liberdade, livremente. Tem que ser assim!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem! Apoiado!

A Oradora: Quanto ao valor, tem que ser suportado.

É uma pena que o Sr. Secretário não esteja aqui, porque gostaríamos de o ouvir nesse sentido.

É que no ano passado também houve aqui uma pequena trapalhada porque o Governo apresentou uma proposta, depois recuou... Bom!

Gostaríamos bastante de saber qual é a opinião do Sr. Secretário, mas adiante.

Este valor que é suportado pelo Orçamento da Região, Sr. Deputado Paulo Mendes, é o que faz com que o ensino particular tenha um carácter menos elitista, porque permite que mesmo os filhos das famílias com menos recursos económicos possam frequentar o ensino particular.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Essa já não é bem verdade! Essa é muito rebuscada!

A Oradora: O contrário permitiria que apenas os filhos das famílias ditas ricas pudessem frequentar.

Portanto, no fundo, no fundo, isto vem criar alguma democracia e alguma igualdade.

Neste caso, o PSD, numa atitude coerente, Sr. Deputado, vai ter que votar contra, porque não faz sentido nenhum que assim seja.

Deputados Luís Rendeiro e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Vice-Presidente do Governo:

A Sra. Deputada Judite Parreira recentrou o debate naquilo que interessa, ao contrário do Sr. Deputado Paulo Estêvão que, não sei porquê, pensa que esta proposta é uma proposta de perseguição religiosa.

Eu só faço uma descrição. No iniciado do Projeto de Resolução temos uma descrição do colégio.

Deputado Luís Garcia (PSD): Está nas entrelinhas!

O Orador: Não faz qualquer juízo de valor se a Representação Parlamentar do BE aprova ou não a orientação pedagógica do colégio. Não é por aí!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Tenha dó, Sr. Deputado!

O Orador: É uma descrição.

Não é jesuíta? Então pronto!

É uma crítica? Não é uma crítica. Longe disso.

É uma descrição, é o que é!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está lá a doutrina!

O Orador: Mas qual é o problema? Não estou a ver.

Ainda bem que a Deputada Judite Parreira lembrou à câmara que o BE, ao contrário do que foi aqui dito, já apresentou propostas de alteração a este Estatuto do Ensino Particular Corporativo e Solidário, proposta essa que foi reprovada na altura pelo Grupo Parlamentar do PSD. Isso só prova a coerência do Grupo Parlamentar do PSD.

Nisso o debate está bastante clarificado. Temos os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP que sempre foram a favor do “cheque ensino” como, segundo advogam, sendo uma forma de liberdade de educação. Nunca esconderam esse objetivo, nunca esconderam essa lógica.

Agora da parte do PS é de admirar. Umas vezes faz uns votos de saudação, até bastante revolucionários e muito à esquerda, mas quando se trata de defender a escola pública, de evitar que a Região venha alguma vez a adotar uma espécie de “cheque ensino”... Sim, porque é sempre uma espécie de “cheque ensino”!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não é nada!

O Orador: Uma comparticipação a uma propina o que é?!

Não é uma forma encapotada de “cheque ensino”?! Então o que é?

É uma esmola?! Não sei o que será então.

Para mim será sempre uma forma encapotada de “cheque ensino”.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O senhor só pode vir falar quando vir desinvestimento na escola pública!

O Orador: Depois temos aqui algo que já não é inédito, que é o Grupo Parlamentar do PS a desautorizar o Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, que ainda no último Plenário garantiu que não haveria qualquer tipo de comparticipação a este colégio em concreto. Foi muito específico.

O Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (tenho pena de não estar presente neste momento) vai fazer a mesma figura que um certo ministro há alguns anos, curiosamente também do Governo do PS, que ficou conhecido como o “ministro *jamais*”.

O tal “ministro *jamais*” dizia que nunca (“*jamais!*”) haveria um aeroporto na margem sul e depois foi desautorizado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O senhor conhece algum aeroporto na margem sul?

O Orador: O mesmo está a acontecer agora com o Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura. Mais uma vez desautorizam e mais uma vez há uma grande trapalhada à volta de todo este processo.

Deputada Catarina Moniz Furtado e Deputado Francisco César (PS): Há algum aeroporto na margem sul?

O Orador: Pois, não há.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ah!

O Orador: Mas foi o próprio ministro que disse “*jamais*”.

Deputado Francisco César (PS): “*Jamais*”!

O Orador: Mas depois desmentiram o próprio ministro. Desmentiram!

É o que se passa aqui com o caso do Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, que umas vezes diz uma coisa, depois é desconfirmado, depois, se calhar, volta a ser confirmado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Nisso tem razão!

O Orador: Só espero que o Grupo Parlamentar do PS tome consciência e não desautorize, mais uma vez, o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O BE agora já foge do que escreveu, já tenta fugir da sua proposta e tenta discutir o sistema capitalista, o sistema educacional.

O senhor, tinha que ter escrito isso antes, porque aquilo que o senhor escreveu não é um tratado sobre a economia mundial, nem é um tratado sobre a pedagogia. Isto é um tratado sobre como perseguir um projeto do ponto de vista arbitrário. O senhor só escreveu isso, não escreveu o resto.

Portanto, o grande problema deste colégio é que tem um nome, que é “Colégio de São Francisco”. Não se chama Colégio Enver Hoxha, por exemplo.

(Risos dos Deputados das diversas bancadas)

Se se chamasse Colégio Enver Hoxha, eu estou absolutamente convencido de que o BE já não teria nenhum problema com essa matéria.

Diz o Sr. Deputado, do alto de uma inocência, em que ninguém acredita: “Perseguição religiosa? Uma referenciazita aqui à orientação jesuíta, porque o Colégio de São Tomás fica mal. Para ficar bem enquadrado, tem que se dizer: orientação jesuíta!”.

Mas o Sr. Deputado não faz nenhuma outra referência a qualquer outro tipo de orientação. Só se lembra de dizer qual é a entidade parceira e qual é a sua orientação do ponto de vista religioso.

Isto não está aqui por acaso. Não está aqui por acaso!

Portanto, o que o senhor fez e o que o senhor está a fazer com este Projeto é algo absolutamente arbitrário.

Eu digo-lhe uma coisa: se isto fizesse escola, eu apresentava aqui um projeto também em relação ao financiamento dos partidos políticos e dizia que “em relação ao BE não se concede apoios financeiros”.

(Risos da Deputada Catarina Moniz Furtado)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado!

O Orador: Não era?! Era exatamente a mesma coisa.

Ah, mas a lei... A lei não interessa! Eu não gosto deste projeto religioso e político. Portanto, a minha proposta está muito contextualizada e tem grandes, grandes, grandes valores a alcançar. Eu estou em desacordo com este colégio, de forma específica e arbitrária, e é isto que eu quero e nada mais do que isso.

O que o Sr. Deputado aqui tem é isto. Não tem mais nada.

Não sei agora se o Sr. Deputado vai continuar a discutir a revolução mundial, mas na próxima intervenção eu vou chamar-lhe a atenção outra vez para o que o senhor e o BE escreveram.

O que escreveram especificamente é, na minha perspetiva, uma vergonha, porque o que o se está a propor aqui a este Parlamento é que não observe a lei.

O que se quer dizer ao Governo Regional é:

“Meus senhores, independentemente do contexto da lei, o BE já decidiu: queremos que o Parlamento também decida e que por essa via o Governo Regional também decida não observar o contexto legal, porque nós não gostamos e fazemos perseguição política e religiosa a este Projeto.”

Sabe o que é que o senhor está a fazer com esta polémica?

O BE gosta muito de polémicas. Se não houver polémicas o BE não aparece, não surge, não tem tempo de antena.

Nesse sentido o que o senhor está aqui a fazer mobilizar para a defesa deste projeto quem considera que há ainda alguém aqui nos Açores, setores muito minoritários, algumas franjas, que consideram que não deve existir liberdade religiosa, não deve existir liberdade de opinião e não deve existir liberdade, do ponto de vista pedagógico.

Ainda há algumas franjas, mas são muito minoritárias e aqui a resposta deste Parlamento não deixará de ser com certeza “nós observamos o império da lei”.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A parte resolutiva que aqui está refere-se a não financiar o Colégio de São Francisco, em Angra do Heroísmo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ponto!

O Orador: O que é o Colégio de São Francisco?

Tem nitidamente uma orientação religiosa, logo os senhores são livres de ter esta ideia.

O que não é justo, não é claro em democracia, nem é aceitável, é que um Projeto de Resolução desta natureza dê entrada numa Assembleia como esta, que diga que não se cumpra a lei, alegando que o Sr. Secretário Regional da Cultura compartilha das mesmas preocupações.

Sr. Presidente do Governo Regional, se o Sr. Secretário Regional da Cultura acha que a lei não se pode aplicar a um grupo, tal qual como entende o BE, o senhor deve demiti-lo no dia seguinte, porque as leis são para cumprir.

Portanto, não venha argumentar com os outros aquilo que o senhor vê, que é um enviesamento completo de uma realidade legislativa, porque, pura e simplesmente, não concorda ou não gosta, se calhar, das pessoas que lá estão. Isto é persecutório!

Sra. Presidente da Assembleia, eu acho que propostas de resolução deste teor ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ilegais!

O Orador: ... não poderiam dar entrada neste Parlamento.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Aí já discordo! A Sra. Presidente tem que admitir as iniciativas!

Presidente: Sr. Deputado Félix Rodrigues, a Mesa da Assembleia compreende que quis fazer essa menção, mas a Mesa da Assembleia não se pode pronunciar, nem impedir que os Deputados façam as recomendações que entendam.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem! Acho muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Vice-Presidente do Governo:

O BE não tem qualquer problema na iniciativa privada, até mesmo na área da educação, tal como disse, independentemente se tem inspiração católica, seja ela depois de origem jesuíta, seja até muçulmana, ou até não tenha qualquer origem religiosa.

Condenamos tanto o investimento público que poderá vir a ser feito no Colégio de São Francisco, como condenámos há alguns anos a criação de um colégio privado em São Miguel.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então alterem a lei!

O Orador: Pronto!

Nós fizemos propostas de alteração à lei. Nós apertámos o crivo, de tal forma que, até mesmo apertando o crivo, não retirámos a possibilidade total de haver financiamento público ao ensino particular e privado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Só a este é que não!

O Orador: Não, porque este nível de ensino, esta escola em concreto, tal como por exemplo outras escolas, como aquele colégio em São Miguel, duplica a oferta pública.

Não vemos qualquer necessidade em estar a duplicar investimento em escolas privadas. Não faz qualquer sentido!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é isso que está na resolução!

O Orador: Não faz qualquer sentido!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Se forem aprovadas é a democracia!

O Orador: Já fizemos propostas e no futuro tornaremos a trazer mais propostas de alteração, aliás à semelhança de outros diplomas.

Este argumento utilizado de que o BE está armado numa perseguição religiosa, não faz qualquer sentido!

A não ser que o Colégio de São Francisco tenha vergonha da sua inspiração...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso já não pode passar!

O Orador: ... de orientação jesuíta.

Não estou a ver. Têm vergonha disso, é?

É a simples descrição do colégio, aliás, a descrição do colégio que também consta, penso eu, do *site* do Colégio São Tomás.

Eu não faço qualquer juízo de valor acerca da orientação do próprio colégio. Aquilo que está em causa é o apoio público através de uma comparticipação de uma propina a uma escola privada, independentemente de ter inspiração religiosa ou não.

Penso que isto está mais do que claro.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Não está, Sr. Deputado!

O Orador: Está muito claro.

Obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Um minuto e é a minha última intervenção para dizer o seguinte, porque não resisto, Sr. Deputado:

Então, Sr. Deputado, o Bloco de Esquerda é hoje em dia um partido cansado.

Chumbaram-lhe as propostas e veio aqui fazer birra. Uma birrinha!

Veio aqui apresentar uma proposta em relação ao financiamento do Colégio de São Francisco.

Mas quando lhe dizem: “mas faça uma proposta!”.

Se toda a sua argumentação é ideológica, em relação à lei que está em vigor, o que lhe disseram foi: “então faça uma proposta em relação à lei”.

- “Não, porque já chumbaram!”

Sr. Deputado, a mim também já me chumbaram muitas iniciativas, mas isso é democracia, porque os partidos que estão a chumbar as iniciativas têm a maioria dos votos e a maioria dos mandatos nesta Assembleia.

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: É assim que funciona a democracia e não é por isso que vou desistir de alterar a legislação.

Depois cai nesta situação insustentável, que é V. Exa. apresentar a este Parlamento uma iniciativa em que o senhor faz “tiro ao alvo”, em que o senhor faz uma apreciação absolutamente arbitrária, absolutamente ilegal.

Sabe perfeitamente que aquilo que se está a propor não é ético e é absolutamente ilegal, que é dizer: “e se este colégio preenchesse as condições legais para receber este apoio? E se recebesse?”

Não, não interessa.

A lei não interessa ao BE.

O contexto legal em que as sociedades se regem não lhe interessa. Isso é inaceitável, Sr. Deputado.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina, porque também já não tenho tempo, não é?

Presidente: Não tem.

(Risos dos Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Penso que podemos passar então à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 26 votos contra do PS, 16 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 1 voto a favor do BE.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Terminámos a nossa Agenda.

Passo a ler agora a proposta de deliberação final.

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de maio”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que discorda faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de deliberação apresentada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados muito obrigada a todos e um bom regresso a casa.

Eram 17 horas e 02 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador.

Documentos entrados

1 – Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial -
COMPETIR +. - n.º 29/X

Autor: Governo

Data de Entrada: 2014 – 05 – 07

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 05 – 03.

2 – Requerimentos:

Assunto: [Trabalho suplementar na Administração Pública Regional e do Setor Empresarial da Região](#)

Autores: Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2013 – 05 – 08

Referência: 54.06.00 – N.º 236/X.

Assunto: [Relatório resultante da Ação Inspetiva, relativo à conformidade da aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2012/A, de 19 de junho, em todas as escolas do Sistema Educativo Regional](#)

Autores: Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2013 – 05 – 08

Referência: 54.06.00 – N.º 237/X.

3 – Diários:

Considera-se aprovado nesta Sessão Plenária o Diário n.º 57/X da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

P'la redatora: Noélia Escobar

A redatora: Maria Conceição Fraga Branco